



relatório e contas | 2015



BCA

Banco Comercial Angolano



Índice

Aprovação do Conselho de Administração	5
Relatório de Gestão 2015	7
Crescimento BCA	11
Principais Indicadores	17
Órgãos Sociais e de Gestão	19
Declaração sobre a Governação Corporativa	21
Informação de Gestão de Risco	27
Visão Macroeconómica	39



Canais de Distribuição	63
Demonstração Financeiras	65
Balança	66
Demonstração de Resultados	67
Fluxo de Caixa	68
Demonstração de Alterações no Capital Próprio	69
Notas às Demonstrações Financeiras	70
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	117
Relatório do Auditor Independente	118



relatório e contas | 2015

Fenda da Tunda Vala (Tundavala) com vista para a Bibala, Huíla.

Aprovação do Conselho de Administração

Os administradores do Banco Comercial Angolano, S.A. são os responsáveis pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

Para corresponder a esta responsabilidade o banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que

os activos do Banco sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e vão assinadas em seu nome por:



Francisco da Silva Cristovão
Presidente do Conselho de Administração



Mateus Filipe Martins
Presidente da Comissão Executiva

Luanda, 12 de Abril de 2016



Embondeiro enorme próximo de Xangongo,
Cunene.

Relatório de Gestão 2015

relatório e contas | 2015



Relatório de Gestão 2015

A estratégia operacional adoptada pelo Banco desde 2009, assegurou uma rentabilidade bastante satisfatória (os fundos próprios triplicaram, de 2008 a 2015), não obstante as várias adversidades que têm vindo a contrariá-la, tais como, a crise financeira de 2010, a actual crise económica impulsionada pela baixa do preço do petróleo, as medidas prudenciais introduzidas pelo Banco Nacional de Angola, a reforma fiscal em curso que, na generalidade, alargou a base tributável.

Para o período de 2015/2017, o enfoque tem sido a concentração nos aspectos de melhoria da eficiência, e do crescimento do banco em termos de balanço. Para o alcance deste desiderato, o esforço do banco será orientado no sentido de:

- Aumentar e diversificar a base de clientes;
- Obter depósitos estáveis e mais rentáveis; e
- Diminuir a concentração do risco de crédito, mediante uma maior diversificação da carteira de crédito do Banco.

Isto implica que seja observada uma maior aproximação do banco junto do cliente, de maneira a reduzir ao mínimo o esforço físico, e financeiro deste, no acesso aos nossos canais de distribuição. Neste âmbito, um dos objectivos do banco é de alcançar até 2017 os 50 balcões em 14 das 18 províncias do País, de modo a garantir uma base de clientes superior a 100.000 nos próximos 4 anos, com 80% a 90% dos quais possuindo cartões de débito, e pelo menos 60% com acesso a canais electrónicos, tais como, a internet e o SMS banking. Também constitui um dos objectivos o desenvolvimento de novos produtos e de novas linhas de negócios.

O banco continuará ainda a apostar:

- na melhoria dos processos e sistemas de compliance ao nível de aceitação de clientes e contrapartes, filtragem de pagamentos e também nos sistemas utilizados na gestão dos riscos de incumprimento, branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;
- no aperfeiçoamento da infraestrutura de informática e operações, para assegurar o seu crescimento sustentável;
- na formação e capacitação dos quadros;
- no incremento dos seus fundos próprios;
- na conclusão do processo de implementação do Disaster Recovery (Réplica do sistema informático) e no Plano de Continuidade do Negócio; e
- no benefício e satisfação dos stakeholders.

A nossa Visão continua a de "Ser um Banco Universal de Referência em Angola, com enfoque no domínio institucional e corporativo, mas com os olhos postos no segmento dos particulares".

A Missão do Banco mantém-se a da "Criação de valor para os nossos stakeholders, com a finalidade de prestação de serviço de excelência aos nossos clientes, que são a nossa razão de ser, e um relacionamento salutar com todos aqueles que nos ajudam a crescer, a consolidar o nosso prestígio, reputação e aumento da quota do mercado".

Indicadores Financeiros

Activo

Em 2015 o banco registou um aumento dos seus activos globais de 51%, fruto do incremento verificado nas disponibilidades, de ordem a cumprir as obrigações do Banco Nacional de Angola – 146% (Reservas obrigatórias, pagamentos SPTR), de maior investimento em títulos da dívida pública – 21%, mais créditos concedidos à economia – 38%, e investimentos nas imobilizações – 54%.

Passivo

Os passivos totais, à semelhança dos activos, também cresceram na mesma ordem (58%), em decorrência, essencialmente, da captação de mais depósitos à ordem – 106%.

Fundos Próprios

Os Fundos Próprios registaram um aumento gerado pelo Resultado Líquido.

Demonstração de Resultados

A margem financeira aumentou em 70%, resultante do investimento efectuado em crédito, tendo contribuído com o crescimento de 57% da margem financeira, e o efectuado em títulos, que foram responsáveis por 32% da margem financeira.

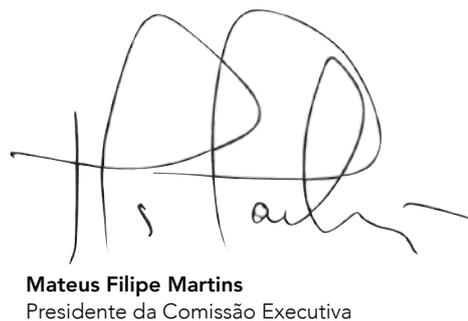
Paralelamente, a margem complementar cresceu substancialmente, por influência das comissões recebidas e dos proveitos de operações cambiais, de 53% e 11%, respectivamente.

Proposta de Aplicação Resultado 2015

Nos termos da regulamentação especial do Banco Nacional de Angola, nomeadamente, do número 1 do Artigo 76º da Lei das Instituições Financeiras do Instrutivo nº 09/07, das Regras prudenciais emanadas pelo Supervisor e da alínea j) do art.º 19 dos estatutos do Banco Comercial Angolano, propõe-se a distribuição de dividendos na proporção de AKZ 43,30 por acção totalizando 270.630 milhares de Kwanzas, e a integração dos restantes resultados do exercício de 2015 no montante de 1.213.172 milhares de Kwanzas em Reservas Livres.



Francisco da Silva Cristóvão
Presidente do Conselho de Administração



Mateus Filipe Martins
Presidente da Comissão Executiva



Cachoeira Katchillwa (Cascata da Estação Zootécnica, ou ainda Cascata da Humpata) próximo da Estação Zootécnica na Humpata Huíla.

Crescimento BCA

relatório e contas | 2015



Crescimento BCA

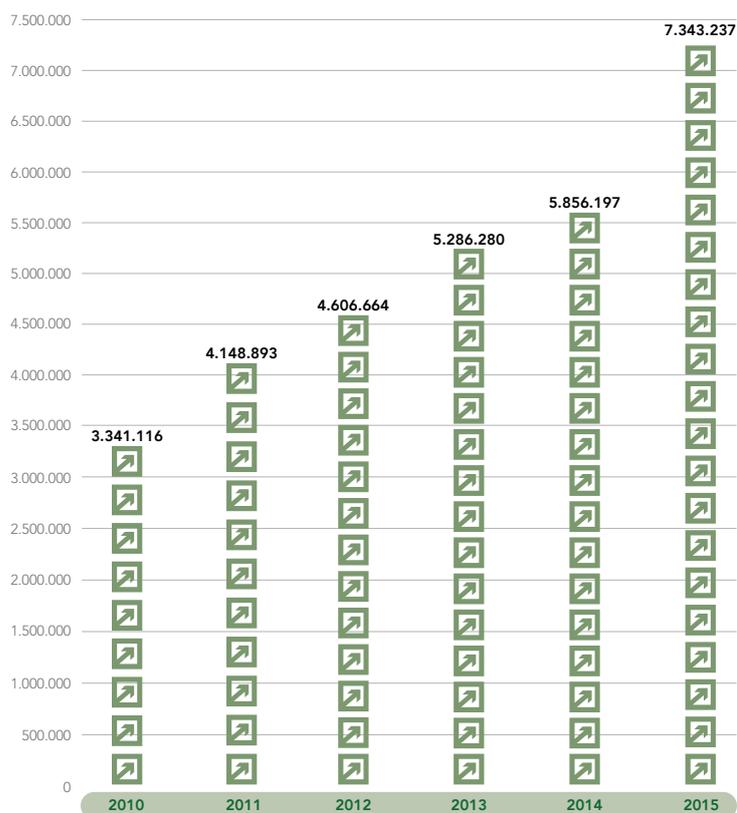
Clientes



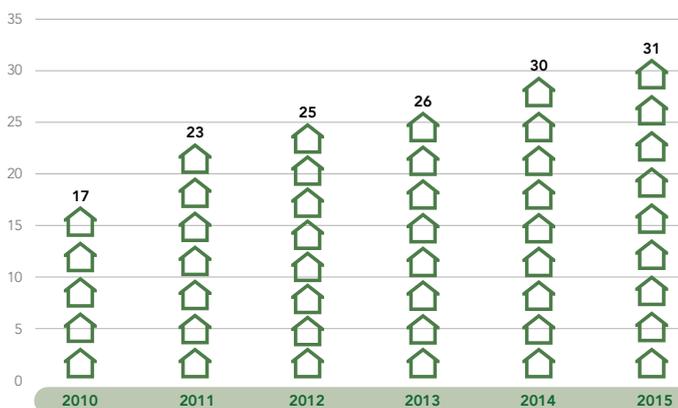
Colaboradores /
Funcionários



Fundo Próprios



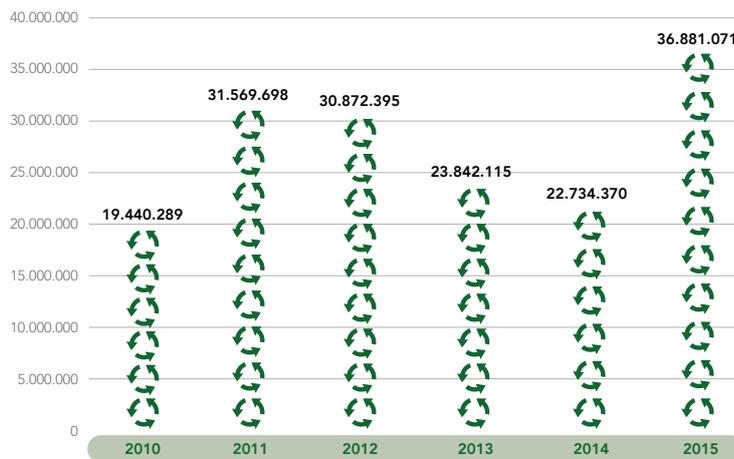
Agências /
Balcões



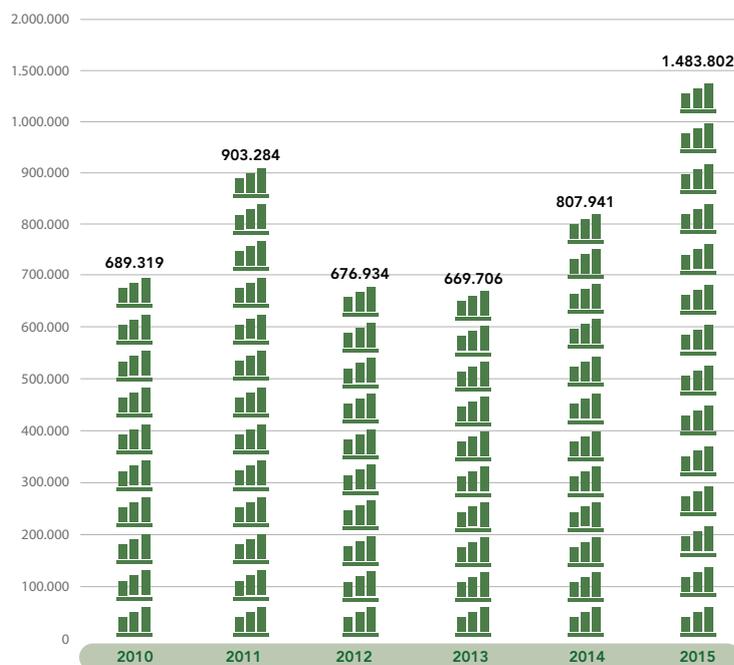


Crecimiento BCA

Activos de
Clientes



Resultados
Líquidos



Crédito





relatório e contas | 2015

Próximo da foz do rio Dande na qual se observa a mistura das águas do rio com estas do oceano Atlântico. Bengo.

Principais Indicadores

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
Balanço				
Total do Activo	46.844.708	346.190	30.924.788	300.641
Créditos a Clientes	8.922.429	65.938	6.461.799	62.819
Recursos Totais - Clientes	36.881.071	272.557	22.734.370	221.016
Capitais Próprios	7.343.237	54.267	5.856.197	56.932
Actividade				
Margem Financeira	2.543.977	21.022	1.498.935	15.216
Produto Bancário	4.650.734	38.431	3.288.588	33.384
Custos de estrutura	2.789.031	23.047	2.345.993	23.815
Resultado operacional	1.861.703	15.379	942.595	9.569
Resultado líquido	1.483.802	12.261	807.941	8.202
Margem Financeira/Produto Bancário	54,7%	54,7%	45,6%	45,6%
Margem Complementar/Margem Financeira	90,5%	90,5%	120,6%	120,6%
Cost-to-Income	55,5%	55,5%	67,0%	67,0%
Custos de estrutura/Activo Médio	6,0%	6,0%	7,6%	7,6%
Solidez e Liquidez				
Crédito Vencido/crédito Total	3,7%	3,7%	6,9%	6,9%
Provisões/crédito vencido	128,2%	128,2%	53,7%	53,7%
Rentabilidade do Total de Activo (ROA)	3,2%	3,2%	2,6%	2,6%
Rentabilidade dos Fundos Próprios (ROE)	22,5%	22,5%	14,5%	14,5%
Rácio Solvabilidade	47,8%	47,8%	44,1%	44,1%
Rácio Imobilizado	77,9%	77,9%	73,8%	73,8%
Limite de endividamento	593,2%	593,2%	496,0%	496,0%
Top 20 empréstimos/Fundos Próprios	75,3%	75,3%	85,7%	85,7%



relatório e contas | 2015

Quedas de Kalandula (ex Duque de Bragança) com vista para o rio Lucala a jusante das quedas. É o maior afluente do rio Kwanza. Malanje.

Órgãos Sociais e de Gestão

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Vice-Presidente
Secretário

Mário António de Sequeira e Carvalho
José Francisco Luís António

Conselho de Administração

Presidente (Não Executivo)
Administrador (Não Executivo)
Administrador (Executivo)
Administrador (Executivo)
Administrador (Executivo)

Francisco da Silva Cristóvão
António Daniel Pereira dos Santos
Mateus Filipe Martins
Mathias Tohana Nleya
José Carlos de Almeida Marques

ÓRGÃOS DE GESTÃO

Comissão Executiva

Presidente
Vogal
Vogal

Mateus Filipe Martins
Mathias Tohana Nleya
José Carlos de Almeida Marques

Direcções

- Financeira
- Risco e Crédito
- Mercados Financeiros
- Auditoria Interna
- Recursos Humanos
- Operações
- Infraestruturas
- Informática
- Gabinete Jurídico
- Compliance Officer, Políticas e Procedimentos
- Banca de Retalho
- Banca de Empresas

Helder Lisboa
Tatiana Muhongo
Bo Kronback
Hirondina Ferreira
Hernani Cambinda
Zuleica Pereira
João Reis
Pedro Bernardo
Delfina Cumandala
Lizeth Lemos
Mário Leitão
José Carlos de Almeida Marques



O rio Kwanza visto a partir do Parque Nacional da Kissama, Bengo.

Declaração sobre a Governação Corporativa

relatório e contas | 2015



Declaração sobre a Governação Corporativa

O Conselho de Administração pretende que os mecanismos de boa governação corporativa continuem a ser observados no BCA. Na implementação de boas práticas de governação e visando o cumprimento dos preceitos do Aviso nº 01/2013 do BNA, sobre a governação corporativa, foi considerado apropriado constituírem-se várias Comissões ao nível do Conselho de Administração, nomeadamente:

a) Comissão Executiva do Conselho de Administração

É constituída por três Administradores Executivos, um dos quais é o seu Presidente. Por delegação expressa dos Estatutos do Banco Comercial Angolano e em conformidade com o Regulamento do Conselho de Administração, à Comissão Executiva foram atribuídos os poderes de gestão corrente da Instituição.

Os três membros da Comissão Executiva têm o seu âmbito de actuação definido nos estatutos do Banco e as suas competências repartidas entre as áreas de suporte, comercial e de controlo, nos termos do Regulamento do Conselho de Administração e em conformidade com as disposições do Aviso do BNA nº 1/2013 de 22 de Março.

b) Comissão de Risco, Compliance e Auditoria

É presidida pelo Administrador Não Executivo Independente e da qual fazem parte o Presidente da Comissão Executiva, o Administrador Executivo responsável pelo pe-louro financeiro e pela área de controlos; o

Director Coordenador para as áreas de Crédito e Risco; o Director da Auditoria Interna e o Compliance Officer.

c) Comissão de Remunerações dos Colaboradores e Nomeações do Quadro Directivo do Banco

Presidida pelo Presidente da Comissão Executiva, integrada na sua composição os Administradores Executivos, um Administrador Não Executivo, os Directores Coordenadores, o Director da Banca de Retalho e o Director Financeiro.

d) Comité de Crédito do Conselho de Administração

Presidido pelo Presidente do Conselho de Administração, este Comité é composto por dois administradores não executivos e um administrador executivo. Avalia, discute e aprova os processos de crédito acima de USD 2.000.000, bem como aprecia e aprova as recomendações do Comité de Crédito de Gestão.

Adicionalmente, não obstante a gestão corrente da instituição ter sido estatutariamente atribuída à Comissão Executiva do Conselho de Administração, foram instituídos ao nível da gestão corrente, vários Comités, nomeadamente:

CMC (Comité de Gestão)

Presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, este Comité é composto por todos os membros da Comissão Executiva (CE) e pelo quadro directivo do banco. O CMC discute e recomenda a implementação e a alteração de políticas,

procedimentos e novos processos. Actualmente as reuniões da Comissão Executiva têm sido alargadas de modo a permitir a participação do quadro directivo do Banco, pelo que, as competências deste Comité foram absorvidas pelas reuniões alargadas da Comissão Executiva. Está previsto que este Comité deve reunir mensalmente.

Comité de Crédito de Gestão

Presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, este Comité é composto por todos os membros da CE e as Direcções de Crédito e Risco, Jurídico, Banca de Retalho, Banca de Empresas e Recursos Humanos, Sala de Mercados. Avalia, discute, aprova os processos de crédito até USD 2.000.000 e recomenda o envio dos processos para aprovação pelo Comité de Crédito do Conselho de Administração para processos de crédito superiores a USD 2.000.000. Igualmente, avalia e decide sobre a aplicação da liquidez do banco em mercados como o MMI e dívida pública. O Comité reúne sempre que existam pedidos de crédito para aprovação.

Comité de Investimentos

Composto por todos os Administradores Executivos e os Responsáveis das Direcções de Crédito e Risco, Jurídico, Banca de Retalho, Banca de Empresas e Gabinete de Compliance, avalia e decide sobre a aplicação da liquidez do banco em mercados como o MMI e dívida pública. O Comité reúne sempre convocado pelo Presidente da Comissão Executiva.

Comité de Crédito a trabalhadores

Presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, é composto pelos Responsáveis das Direcções de Crédito e Risco, Recursos Humanos e Jurídico. Submete para aprovação do Comité de Crédito de Gestão os pedidos de Crédito dos trabalhadores.

Comité de Novos Produtos e Acção Comercial

Composto pelas Direcções de Banca de Retalho, Banca de Empresas, Crédito e Risco, Marketing e Tecnologias de Informação é presidido pelo Administrador Executivo para a área de negócios, este Comité avalia, discute, recomenda a implementação de novos produtos financeiros. Também reavalia periodicamente a evolução do mercado e o realinhamento da estratégia para o negócio.

Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO)

Presidido pelo Administrador executivo para a área financeira, é composto pelos membros da Comissão Executiva e os Responsáveis das Direcções Financeira, de Crédito e de Risco; Banca de Empresas, Banca de Retalho e Sala de Mercados. O ALCO avalia, recomenda e apoia a gestão do banco, adicionando valor ao negócio através da gestão de liquidez, taxa de juros, riscos cambiais, estruturas dos balanços e gestão de capital. O ALCO reúne, em regra, uma vez por mês.



Declaração sobre a Governação Corporativa

Comité de Recuperação de crédito

Composto por todos os membros da Comissão Executiva e os Responsáveis das Direcções de Crédito e Risco, Jurídica, Banca de Retalho, Banca de Empresas, este Comité avalia, discute e aprova as medidas a adoptar para os processos de crédito em recuperação, o saneamento e envio para contencioso de processos de crédito até USD 2.000.000,00. Reúne, em regra, uma vez por mês e sempre que necessário, sendo presidido pelo Presidente da Comissão Executiva.

Comité de Gestão de risco

Presidido pelo Administrador Executivo para a área de controlo, é composto pelos responsáveis das Direcções de Risco, Gabinete de Compliance, Políticas e Procedimentos e o Gabinete de Auditoria Interna. Reúne trimestralmente para analisar os seguintes riscos:

- Risco operacional;
- Risco de reputação;
- Risco de branqueamento de capitais; e
- Risco legal e de conformidade.

Grupo de Trabalho para a expansão da rede de balcões

Constituído pelo Presidente da Comissão Executiva, Administrador Executivo responsável pela área comercial, pelo Director Coordenador da Área de Recursos Humanos e Jurídico, Directores da Infraestrutura, Retalho, Corporate, e

Tecnologia de Informação, é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, e reúne sempre que convocado pelo mesmo.

Este Comité avalia o grau de funcionamento e implementação do plano de expansão e modernização da rede de balcões do Banco.

Comité de Apoio aos Órgãos de Suporte

Constituído pelo Administrador Executivo responsável pela área comercial, pelo Director Coordenador da Área de Recursos Humanos e Jurídico; Directores da Infraestrutura, Retalho, Corporate, e Tecnologia de Informação, é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva. Reúne sempre que convocado pelo seu presidente. Este Comité define a estratégia e acompanha o funcionamento dos órgãos de suporte ao negócio.



O rio Kwanza visto a partir
do Parque Nacional da Kissama,
Bengo



Nascer do sol na região da Tunda Vala (Tundavala). Ramo seco de árvore no meio da vegetação típica desta altitude, Huíla.

Informação de Gestão de Risco

relatório e contas | 2015



Informação de Gestão de Risco

A gestão de risco é uma das competências fundamentais do Banco Comercial Angolano e constitui a base para a execução das actividades, para a avaliação de alternativas estratégicas e para o estabelecimento de objectivos consentâneos com a estratégia seleccionada.

A filosofia de risco do Banco Comercial Angolano é orientada para o objectivo de criação de valor para o accionista, através do crescimento sustentável do nível de resultados, de uma forma consistente com as suas expectativas.

No âmbito do Sistema de Gestão de Risco do BCA são considerados seis tipos de riscos tal como apresentado na figura 1.

A cultura de risco e ética do Banco é consentânea com a filosofia de gestão do risco. O objectivo do BCA a este respeito é de garantir que seja mantida uma cultura de gestão do risco, de acordo com os standards internacionalmente aplicáveis, em todas as suas operações.

O Sistema de Gestão de Risco rege-se pelos seguintes princípios:

- Comprometimento da CE e do CA na definição, formalização, implementação e revisão do Sistema de Gestão de Riscos, incutindo no BCA uma cultura orientada para a prudência na gestão de riscos;
- Revisão periódica da estrutura orgânica do banco, com vista à distribuição e segregação de responsabilidades de modo a que a execução e validação de actividades não sejam atribuídas ao mesmo colaborador;
- Obtenção de dados e informações correctas, precisas, íntegras e fidedignas;
- Todos os colaboradores devem receber formação em matéria de gestão de risco e compliance e devem ser pró-activos neste âmbito em detrimento de uma atitude reactiva;



Figura 1

O Sistema de Gestão de Risco implementado na instituição é consequência de ser uma boa prática de mercado que conduz à eficiência e à eficácia das operações e não em consequência do cumprimento das obrigações legais emanadas pelo supervisor da actividade bancária.

O Sistema de Gestão de Risco e de Controlo Interno é composto por vários intervenientes, cada um com as suas funções e responsabilidades, destacando-se assim, três grandes linhas de defesa (figura 2).

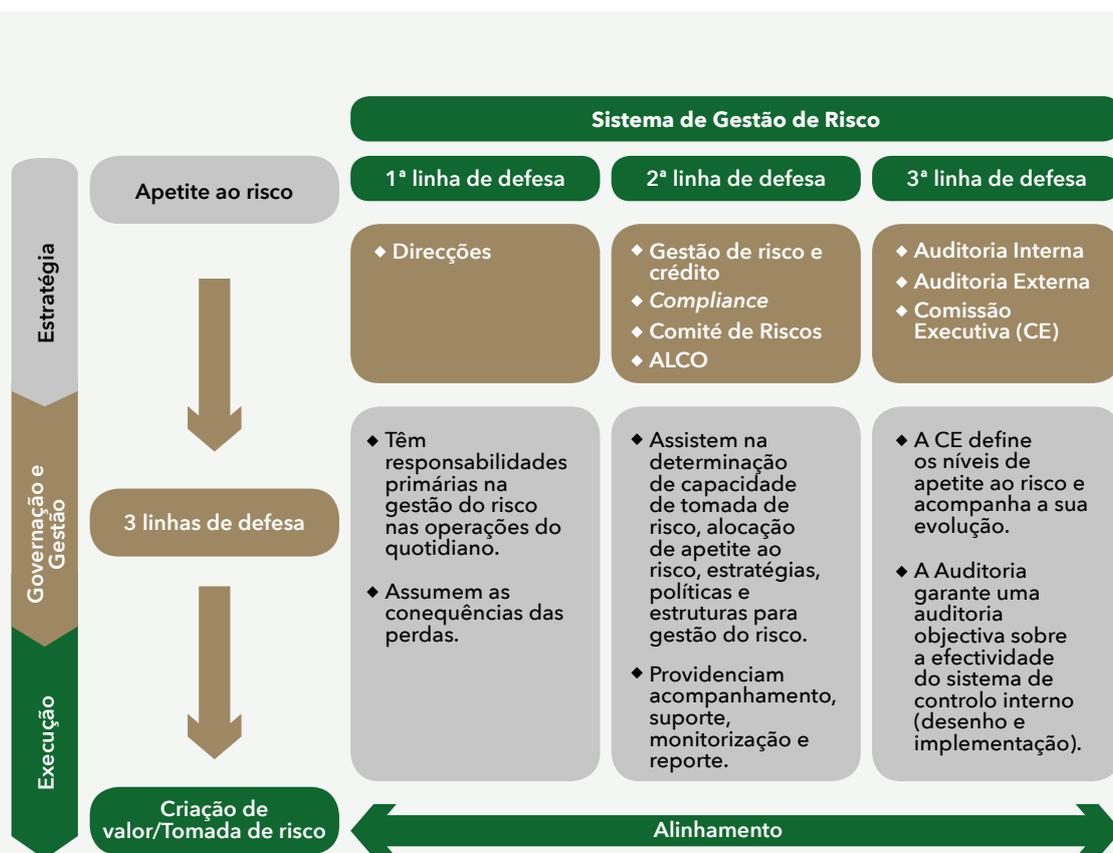


Figura 2



Informação de Gestão de Risco

Risco de Crédito

O risco de crédito é proveniente do incumprimento dos compromissos financeiros estabelecidos contratualmente, por parte de um mutuário ou de contraparte nas operações. O risco de crédito existe, principalmente, nas exposições em crédito, linhas de crédito e garantias associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento dos clientes ou contrapartes, nomeadamente nos créditos concedidos às grandes, pequenas e médias empresas, pequenos negócios, particulares e outras instituições financeiras.

O Banco foca na concessão de facilidades de crédito com base em princípios de crédito com retorno apropriado, equilibrando o risco e os rendimentos. A Política geral é encontrar motivação primária no que diz respeito:

- ao mérito do negócio;
- à situação financeira do devedor; e
- à transacção em si (a decisão nunca deve ser tomada apenas com base nas garantias).

Deve-se manter um equilíbrio entre o risco e um serviço ao cliente de qualidade. Um serviço de qualidade não deve significar atribuição de créditos a entidades que não o mereçam.

Os procedimentos de avaliação de risco de crédito utilizam metodologias qualitativas e quantitativas, de forma a garantir que todos os riscos são endereçados, quer por via de cálculos automatizados, quer por via do estabelecimento

de relação com o cliente. O Banco não concederá crédito de qualquer que seja a natureza a um cliente que não tenha a capacidade de reembolsar os valores concedidos.

O objectivo do Banco é a concessão de crédito a empresas e/ou particulares com base na sua própria capacidade financeira e não exclusivamente na confiança da empresa mãe, outros fiadores ou somente na base das garantias prestadas.

As facilidades devem ser concedidas a particulares ou empresas aos quais pertencem os activos contra os quais o Banco concede o empréstimo.

A avaliação do perfil financeiro de particulares e empresas varia de sector para sector ou de indivíduo para indivíduo, devendo ser feitos esforços para o uso de estudos comparativos como orientação, onde seja possível.

É essencial desenvolver uma confiança mútua através do contacto pessoal com os clientes a quem estamos a conceder os empréstimos. No caso concreto de empresas, devemos visitar as instalações onde elas se localizam, pelo menos uma vez ao ano, preferencialmente no momento em que se fizer a avaliação das facilidades.

No geral, o Banco deverá obter garantias ilimitadas e cessão ou capitalização das contas de crédito (excepto as de parcerias) dos directores/parceiros/procuradores como garantia das facilidades concedidas a empresas, corporações, parcerias, procuradores e esposas, no caso de particulares.

São responsáveis para a concessão de crédito os seguintes órgãos do banco dentro das

competências a si delegadas: Direcção de Crédito; Comité de Crédito a Trabalhadores; Comité de Crédito de Gestão e o Comité de Crédito do Conselho.

Risco de Estratégia

O risco de estratégia é proveniente de alterações adversas no ambiente de negócios, da incapacidade de resposta a estas alterações e de decisões de gestão estratégica inadequadas.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de comprometimento da capacidade financeira do banco, de tal ordem que as operações correntes não podem ser financiadas e os compromissos financeiros não podem ser cumpridos atempadamente. Na sequência do espírito de Basileia III, resultado da crise dos "subprimes", que visa dotar os bancos de fundos próprios suficientes para fazer face a crises de liquidez, o Banco Nacional de Angola, em colaboração com os bancos comerciais, vem desenvolvendo uma série de instrumentos para a avaliação da exposição ao risco de liquidez. Seguindo uma ponderação estabelecida para os activos, passivos e extrapatrimoniais, os valores em moeda nacional e moeda estrangeira serão agrupados nas respectivas bandas temporais. O rácio do total ponderado dos montantes patrimoniais e extrapatrimoniais, relativamente aos fluxos de caixa definidos, deverá sempre exceder o percentual mínimo exigido.

O risco de liquidez comercial refere-se ao risco da incapacidade de cobertura de posições abertas

de instrumentos financeiros de forma rápida e em valor suficiente a preços de mercado, por forma a evitar impactos financeiros adversos, resultantes da escassez de liquidez no Mercado ou pelo facto do mercado se encontrar encerrado.

A gestão prudente da liquidez é fulcral para a viabilidade do Banco. A gestão do risco de liquidez inclui uma abordagem geral sobre a estrutura do balanço patrimonial do Banco, que consolida e sintetiza todas as origens e aplicação da liquidez, para além de incluir a análise da liquidez, da rentabilidade e da sensibilidade dos diferentes elementos do activo e passivo relativamente às variações da taxa de juro. A monitorização do risco de liquidez é desenvolvida independente e regularmente pelo Director de Risco e é reportada ao Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) e à Comissão Executiva.

A gestão de liquidez do Banco, visa atingir os seguintes objectivos principais:

- Satisfazer a procura por dinheiro dos clientes, incluindo levantamentos/pagamentos e financiamento a empréstimos;
- Fazer face às flutuações sazonais entre o nível de depósitos e o nível de levantamentos ou pagamentos a terceiros;
- Fazer face às oscilações cíclicas das condições económicas com impacto na disponibilidade dos fundos e/ou na procura por fundos;
- Minimizar o impacto adverso de potenciais alterações das condições prevalentes de



Informação de Gestão de Risco

mercado, susceptíveis de afectar a capacidade do Banco de se auto-financiar; e

- Fazer face às conseqüências emanadas da perda de confiança do público, que pode induzir a uma corrida aos bancos.

Para a realização eficaz dos objectivos acima ilustrados, são utilizados os seguintes instrumentos/procedimentos para a gestão da liquidez do Banco:

- Reuniões diárias de liquidez, de forma a monitorar e gerir a liquidez do Banco;
- Garantir a qualquer momento, um montante determinado de activos líquidos como protecção contra um movimento imprevisto no cash flow;
- Gestão das características e dos riscos das diferentes fontes de liquidez, adoptando estratégias apropriadas de financiamento (incluindo a constituição de uma carteira de fundos, diversificada e estável), consentâneas com as necessidades de liquidez do Banco;
- Reduzir o risco de liquidez emanado de concentrações indevidas das fontes de financiamento — garantir a diversificação adequada da estrutura de depósitos, examinar o nível de confiança numa determinada fonte específica de financiamento, quer seja ao nível do depositante individual ou ainda por tipo de instrumento;
- Considerar a necessidade de diversificação das fontes de liquidez, estabilidade dos

activos e a disponibilidade das fontes alternativas de financiamento à liquidez;

- Manter o nível de “mismatch” dentro dos limites estabelecidos.

Em geral, o risco de liquidez é gerido por via da abordagem sobre o cash flow, com o propósito final de assegurar um nível adequado de liquidez mensal (evitando uma concentração indevida de fundos, bem assim como cumprir os limites de cash flows expressos como percentagem dos depósitos totais e contas correntes) através da optimização da estratégia de financiamento, tomando sempre em consideração a expectativa em relação à taxa de juro e ao crescimento projectado do balanço patrimonial.

O processo de monitorização do risco de liquidez, através de limites quantitativos inclui:

- Cash flows mensais expressos como percentagem dos depósitos totais e contas correntes; e
- Reservas obrigatórias e outros requisitos regulamentares.

A Direcção da Sala de Mercados (SM) do Banco é responsável pelo cumprimento das normas regulamentares de liquidez, emanadas do Conselho de Administração.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital do Banco, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado

dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em cotações de acções, obrigações e preços de mercadorias. O risco de mercado decorre, principalmente, de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

A avaliação do Risco de Mercado considera:

- A volatilidade do preço das posições da carteira, nomeadamente títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados;
- O risco de concentração na carteira de negociação, nomeadamente através da identificação de posições significativas: num mesmo tipo de produto, numa mesma moeda, face a uma mesma contraparte ou a contrapartes ligadas entre si, face a um mesmo colateral ou face a uma mesma contraparte garante;
- Os efeitos de correlação entre posições, ditados por factores de risco comuns;
- O montante de posições em activos com pouca liquidez (reduzido volume de transacção).

O risco de mercado é categorizado pelos seguintes riscos: risco de mercado, risco de taxa de câmbio e risco de taxa de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é proveniente de movimentos nas taxas de câmbio resultando das posições cambiais originadas pela existência de instrumentos financeiros denominados em diferentes moedas.

Este risco tem por base alterações no preço de instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira (risco de transacção), alterações no valor contabilístico pela conversão para a moeda de escrituração das posições abertas em moeda estrangeira (risco de conversão) e alteração da posição competitiva do banco devido a variações significativas das taxas de câmbio (risco económico de taxa de câmbio).

A avaliação do Risco de Taxa de Câmbio considera:

- Montante global das posições sujeitas a reavaliação pela conversão para a moeda base;
- Volatilidade das taxas de câmbio relevantes;
- Análise da magnitude de impactos nos resultados e no capital face a diferentes cenários de evolução de taxas de câmbio, nomeadamente com recurso a simulações.

Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juro é proveniente de movimentos nas taxas de juro resultando de desfazamentos no montante, nas maturidades ou nos prazos de refixação das taxas de juro observados nos instrumentos financeiros com juros a receber e a pagar.

O risco da taxa de juro pode resultar da diferença advinda do repricing dos activos, passivos e instrumentos extrapatrimoniais do banco (repricing mismatch risk); da alteração no declive da curva de rendimentos (risco da curva de rendimentos — yield curve risk); de correlações imperfeitas entre as taxas activas e passivas de instrumentos diferentes



Informação de Gestão de Risco

com características de alteração semelhantes (risco de base); e de opções relacionadas com taxas de juro (risco de opção).

As taxas de juro podem influenciar, directa ou indirectamente, o desempenho operacional. O risco empresarial ou de negócio é definido como o montante máximo do desvio negativo dos níveis previstos das margens líquidas de juro activas e passivas (devido ao volume dos activos e passivos, composição e desvios na fixação de preços), honorários, comissões e taxas de serviços prestados, assim como as despesas operacionais geridas pelo Banco.

A avaliação do Risco de Taxa de Juro deve considerar:

- Tendência de evolução das taxas de juro nos diferentes horizontes temporais;
- Análise de “gaps” que evidenciem detalhadamente, por períodos de maturidade ou refixação de taxa, quais as posições líquidas em risco de taxa de juro.

Os limites quantitativos para o risco de taxas de juro são determinados com base no objectivo do Banco de limitar a sua exposição a consequências adversas advindas de alterações nas taxas de juro prevalentes.

O objectivo primordial do processo de gestão de taxas de juro activas e passivas do Banco é de conter as reduções do rendimento líquido de juros resultantes de alterações substanciais das taxas de juro.

O Banco Comercial Angolano deverá utilizar modelos de simulação de rendimentos líquidos de juro (projeções) para avaliar a exposição do Banco a alterações nas taxas de juro a curto prazo. O Conselho de Administração poderá estabelecer e aprovar anualmente limites de sensibilidade do rendimento líquido de juros. No mínimo, o Banco deverá mensurar trimestralmente a sensibilidade dos seus rendimentos líquidos de juro às variações da taxa de juro. Os resultados propiciados pelos modelos de simulação de rendimentos líquidos de juro ilustram o impacto antecipado, em pelo menos dois cenários diferentes e hipotéticos, de variações nas taxas de juro, para períodos de pelo menos um ano. Um dos cenários reflecte, tanto quanto possível, a melhor estimativa relativamente às condições futuras mais prováveis da taxa de juro. Outro dos cenários reflecte a estimativa da Direcção relativamente a um nível extremamente adverso da taxa de juros e é utilizado para avaliar o comportamento dos rendimentos líquidos de juro em condições de tensão.

Perfis da recompensa do risco com uma taxa de juro a doze meses (com a recompensa definida como a realização ou sobre-realização da variável destino — como sejam receitas líquidas de juros e suas componentes orçamentadas/previstas — e o risco definido como a variação negativa da variável destino), para o rendimento do juro líquido e seus componentes, são quantificados e avaliados através duma abordagem de simulação compreensiva. Esta abordagem de simulação cobre uma variedade de possíveis cenários de taxas de

juro. No desenvolvimento de cenários de taxas de juro, são considerados diversos factores como seja o nível e a estrutura prevalectente de taxas de juro, bem assim como os movimentos históricos.

As taxas de juro podem influenciar, directa ou indirectamente, o negócio (risco empresarial), do seguinte modo:

- Margem de Activos: a margem de activos em risco é o impacto que movimentos adversos no nível de preços, volumes e composição dos activos (tipo de produto, estrutura da base de clientes) originam no valor dos activos do Banco. Quanto à relação entre o preço dos activos e o risco de crédito, as perdas esperadas de crédito constituem um custo intrínseco ao próprio negócio creditício. O risco de crédito é, no entanto, gerido como parte do processo normal de actividades de gestão e monitorização da carteira de crédito do banco, de acordo com a política de risco de crédito em vigor;
- Margem de Passivos: a margem dos passivos em risco é o impacto que os movimentos adversos no nível de preços e composição do passivo (tipo de produto, etc.) originam no valor dos passivos do Banco;
- Resultado de Exploração: medido através do desvio negativo relativamente aos níveis previstos de honorários, comissões e taxas de serviços em consequência do risco empresarial resultante da não realização dos objectivos de vendas, redução de preços

devido a pressões concorrenciais e a redução do volume das transacções. O risco associado às receitas provenientes de actividades comerciais e de investimento é gerido como parte integrante do risco de mercado, comercial e de investimento;

- Despesas Operacionais: medido através do desvio negativo relativamente aos níveis previstos de despesas operacionais que podem surgir devido à ocorrência de custos não previstos, controlo inadequado de custos e subutilização da capacidade instalada.

Risco Operacional

O BCA define risco operacional como risco proveniente da inadequação dos processos internos, pessoas ou sistemas, da possibilidade de ocorrência de fraudes internas e externas, da incapacidade dos sistemas de informação em impedir acessos não autorizados e de garantir a integridade dos dados ou de assegurar a continuidade do negócio em caso de falhas decorrentes de violações ou desconformidades, relativamente às leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos.

O risco operacional é caracterizado pelos **Riscos de Compliance, Risco de Sistema de Informação, Risco de Processos e Risco de Pessoal.**

- O **Risco de Compliance** resulta de violações ou incumprimentos de leis, regras, regulacões, contratos, práticas prescritas ou padrões éticos, bem como, violações à medidas



Informação de Gestão de Risco

e processos de prevenção ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;

- O **Risco de Sistemas de Informação** provem da inadequação das tecnologias de informação no âmbito de processamentos, integridade, controlo, disponibilidade, e continuidade, derivados de estratégias e utilizações inadequadas;
- O **Risco de Processos** consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente de falhas na análise, processamento e liquidação de operações, de fraudes internas e externas, ou de inadequações, inoperacionalidades de infraestruturas;
- O **Risco de Pessoal** é fruto da inadequação em termos quantitativos e qualitativos dos recursos humanos, de processos de recrutamento, dos esquemas de compensação e avaliação, dos programas de formação, da cultura de motivação, das políticas sociais, relativamente às actividades e objectivos da Instituição.

O BCA segue a Abordagem do Indicador Básico (BIA) para a gestão do risco operacional uma vez que considera que existem benefícios financeiros e de reputação consideráveis aos quais uma gestão do risco operacional contribui para:

- Reduzir os eventos de ocorrência do risco operacional e as associadas perdas financeiras;
- Fortalecer a marca BCA e o custo do capital para o risco operacional;

- Satisfazer expectativas do Banco Central;
- Introduzir e avaliar a implementação à letra dos diplomas legais no âmbito da reforma tributária aplicada às operações do Banco;
- Acompanhar uma gestão pró-activa dos grandes eventos de risco operacional e controlos não efectivos, assim como possíveis violações aos limites dos indicadores chave;
- Estabelecer níveis de tolerância ao risco e atribuição de responsabilidades;
- Delegar autoridades;
- Definir a alocação dos riscos operacionais, através de uma cultura de conhecimento e aprofundamento do risco operacional. Nesse sentido, os órgãos de avaliação, cada vez mais, vão incluir o risco operacional como uma componente explícita na sua avaliação do crédito; e
- Outros trabalhos feitos na gestão do risco operacional.

O Conselho de Administração do BCA espera que os riscos operacionais relacionados com as actividades de negócio sejam claramente identificados, avaliados, controlados, comunicados e geridos através do processo interno designado DRACA (Avaliação e Controlo detalhado dos Riscos). Cada uma das unidades de negócio e funções do BCA deve gerir o seu risco operacional em cumprimento deste modelo. É mantido também um registo de perdas resultantes de situações de risco operacional, com vista a criar dados

históricos que serão utilizados no futuro para migrar para um modelo próprio de cálculo e gestão do risco operacional, por ser o mais eficiente dos três modelos aceites pelo Basileia II.

Risco de Reputação

O risco de reputação provém da percepção adversa da imagem da instituição por parte de clientes, contrapartes, accionistas, investidores, supervisores e opinião pública em geral.

A avaliação do Risco de Reputação considera:

- O grau de confiança que os clientes depositam na instituição, nomeadamente em termos da sua solidez financeira e da sua honestidade nas relações comerciais, o que pode ser avaliado através de: evolução da base de clientes, nível de rotação de clientes, resultados dos questionários e/ou eventuais estudos de opinião conduzidos pela própria instituição junto dos seus clientes e imagem que resulta das notícias de imprensa;
- A percepção dos clientes, fornecedores e outras contrapartes sobre a atitude da instituição perante o dever de confidencialidade, os princípios éticos, as disposições legais e práticas instituídas, através, nomeadamente, da evolução quantitativa e substantiva das reclamações de contrapartes e dos litígios existentes, da evolução quantitativa e substantiva das reclamações efectuadas ao BNA e das notícias de imprensa;

- A percepção dos investidores e analistas relativamente à transparência, suficiência e credibilidade da informação divulgada pela instituição, aos princípios éticos e às disposições legais e práticas instituídas na forma de relatórios de analistas financeiros, da evolução das notações atribuídas e na qualidade da informação constante dos relatórios e contas;
- O grau de satisfação dos colaboradores, expressa nomeadamente através de questionários e/ou eventuais estudos de opinião conduzidos pela própria instituição junto dos seus colaboradores.



Museu da Escravatura, baía do Mussulo.
Luanda.

Visão Macroeconómica

relatório e contas | 2015

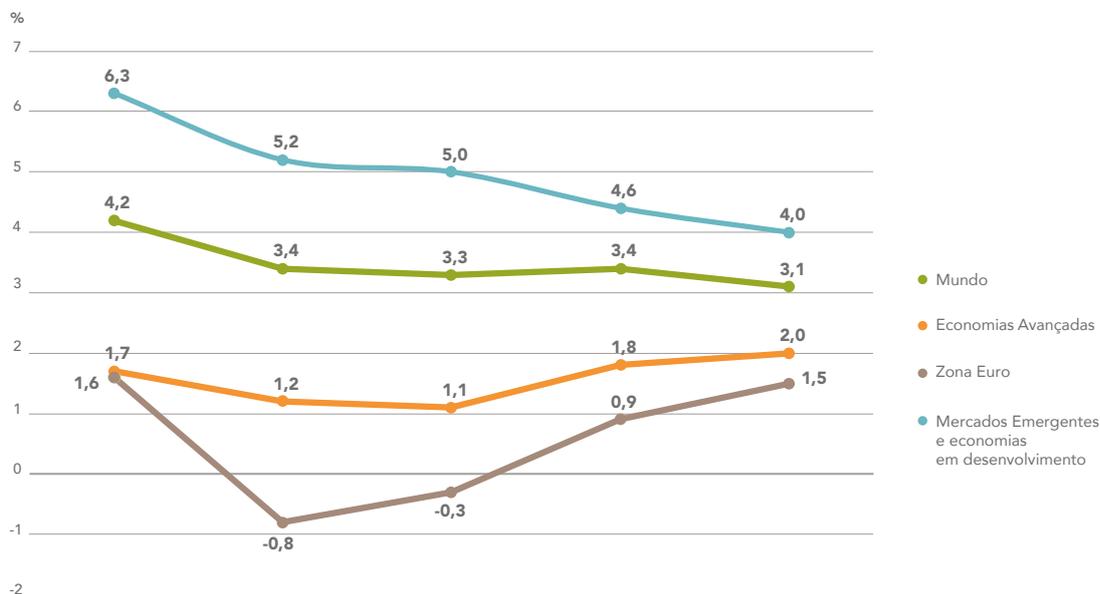
Visão Macroeconómica

Economia global

O ano 2015 foi caracterizado por um abrandamento em relação a 2014. O PIB de 2015 estima-se em 3,1%, uma redução de 0,3 pontos percentuais em relação ao do ano passado. Entre as várias razões para esta redução estão o abrandamento das economias emergentes e uma lenta recuperação da actividade económica nas economias avançadas.

Contribuíram também para o abrandamento a persistente redução do preço das *commodities*, tendo exercido pressão para a depreciação das moedas dos países nas economias emergentes, e as consequências do chamado efeito contágio entre economias, principalmente entre a China e a de exportadores de petróleo e de metais.

Crescimento percentual do PIB – Economia Global



Fonte: FMI

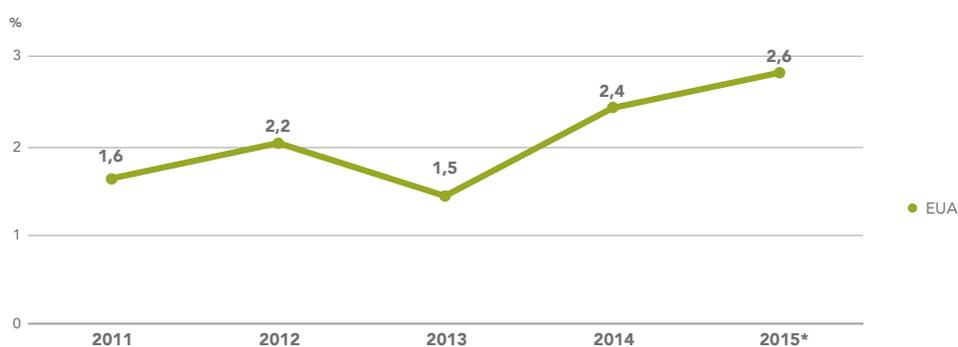
* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.

Economias Desenvolvidas

Estados Unidos da América (EUA)

A economia dos EUA continua a ser a maior do mundo, com um PIB de quase USD 18.000 mil milhões, bem em frente da China com USD 11.400 mil milhões e do Japão com USD 4.100 mil milhões. Exceptuando um pequeno grupo, os EUA são quase o único país nas economias desenvolvidas com um comportamento positivo. O crescimento do PIB está a melhorar tendo atingido um nível de 2,6% em 2015.

Crescimento percentual do PIB – EUA



Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.

Este avanço é bastante positivo, à luz da evolução do Canadá (uma das maiores contrapartes dos EUA), cujo PIB recuou de 1,4% para 1%.

A taxa de desemprego está sempre a baixar e o nível actual é considerado como “natural”, o que significa uma pressão de salários e da inflação.

Taxa de desemprego – EUA

País	2011	2012	2013	2014	2015*
EUA	4,2	3,4	3,3	3,4	3,1

Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.



Visão Macroeconómica

Relativamente à inflação, a meta dos EUA é de 2%. Devido à dinâmica da economia a taxa está a subir, apesar de esta ser ainda modesta.

Inflação fim do período – EUA

País	2011	2012	2013	2014	2015*
EUA	3,1	1,8	1,3	0,6	0,9

Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.

Os EUA introduziram, depois da crise de 2008, a medida de “quantitative easing” (expansão monetária) que visa a manutenção de muita liquidez no sistema bancário com o propósito de estimular os bancos a conceder mais créditos às empresas e aos particulares. Ela funcionou por meio da compra massiva de títulos dos bancos por parte do Federal Reserve Bank (FED), dando origem a uma injeção de liquidez nos bancos. O FED considerou o efeito desta expansão monetária suficientemente positiva. Ela foi terminada no fim de 2014. O resultado desta medida foi o aumento da taxa FED Funds em Dezembro de 2015 – o primeiro desde 2008.

Zona Euro

A Zona euro continuou com um crescimento moderado, tendo somado 0,6 pontos percentuais ao crescimento de 2014, situando-se em 1,5% para 2015.

Este crescimento tem por base uma grande diversificação entre os países da zona. A Irlanda está na liderança com 4,8% de crescimento, seguido pelo Luxemburgo com uma taxa de 4,4%.

Considerando apenas os quatro maiores países, que constituem 76% do PIB da zona Euro, constata-se um desenvolvimento a vários ritmos. A Espanha fica em frente com 3,1%, no meio estão a Alemanha e a França com 1,5% e 1,2%, respectivamente (perto da média da zona Euro) e a Itália ainda demonstra ter uma economia em fraco crescimento de 0,8%. O único país com um crescimento negativo é a Grécia, com -2,3%, o que revela que o país ainda tem problemas estruturais a ultrapassar.

Crescimento percentual do PIB – países da zona Euro

País	2011	2012	2013	2014	2015*
Alemanha	3,7	0,6	0,4	1,6	1,5
França	2,1	0,2	0,7	0,2	1,2
Itália	0,6	-2,8	-1,7	-0,4	0,8
Espanha	-0,6	-2,1	-1,2	1,4	3,1
Portugal	-1,8	-4,0	-1,6	0,9	1,6
Grécia	-8,9	-6,6	-3,9	0,8	-2,3
...					
Zona Euro	1,6	-0,8	-0,3	0,9	1,5

Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.

Os problemas económicos da zona Euro são claramente evidenciados analisando a taxa de desemprego desta região, a sua média é o dobro da dos EUA, embora existam grandes diferenças entre os vários países. No topo, encontra-se a Grécia com 26,8% em consonância com o crescimento negativo desta economia; A Espanha também tem uma taxa alta, apesar da relativa descida nos últimos três anos; Portugal, Itália e França possuem taxas próximas da média da região e a melhor taxa de desemprego é a da Alemanha.

Taxa de desemprego – países da zona Euro

País	2011	2012	2013	2014	2015*
Grécia	17,9	24,4	27,5	26,5	26,8
Espanha	21,4	24,8	26,1	24,5	21,8
Chipre	7,9	11,9	15,9	16,1	16,0
Portugal	12,7	15,5	16,2	13,9	12,3
Itália	8,4	10,6	12,2	12,7	12,2
França	9,1	9,7	10,3	10,3	10,2
Alemanha	5,9	5,4	5,2	5,0	4,7
...					
Zona Euro	10,2	11,4	12,0	11,6	11,0

Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.



Visão Macroeconómica

A zona Euro estava durante o ano de 2014 exposta a uma ameaça de deflação, e o Banco Central Europeu (BCE) adoptou medidas para evitar o decréscimo dos preços, visando a revitalização da economia. Uma delas foi a introdução de taxas negativas para a aplicação de liquidez dos bancos no BCE, com o propósito de induzir os bancos a optarem pelo alargamento da concessão de crédito, e consequentemente, aumentar os investimentos. Outra iniciativa introduzida no início de 2015, foi o lançamento de um programa de expansão monetária (quantitative easing — semelhante ao dos EUA). O BCE anunciou a compra mensal de obrigações a um valor de EUR 60 mil milhões. Esta injeção de liquidez no sistema bancário estimulou uma maior vontade por parte dos bancos de conceder créditos.

Inflação fim do ano – países da zona Euro

País	2011	2012	2013	2014	2015*
Itália	3,7	2,6	0,7	-0,1	1,9
Espanha	2,4	2,9	0,3	-1,0	0,7
Alemanha	2,3	2,1	1,2	0,2	0,2
França	2,7	1,5	0,8	0,0	0,1
Portugal	3,5	2,1	0,2	-0,3	0,0
...					
Zona Euro	2,7	2,5	1,3	0,4	0,2

Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.

A Itália tem a maior inflação, estimada em 1,9%, o que revela problemas estruturais, uma vez que tem um fraco desempenho económico e uma alta taxa de desemprego. O sucesso da expansão monetária é duvidosa porque os bancos têm dificuldades de aumentar as suas carteiras de crédito às empresas e aos particulares, por estes terem já níveis altos de endividamento.

Relativamente às despesas públicas, ainda existem limitações devido a altos níveis de dívidas. Assim, a zona Euro tem, em média, 70% em dívida em relação ao PIB. Considerando que o nível máximo de endividamento deveria situar-se em 60%, as possibilidades dos Governos (em geral) estimularem as suas economias são remotas.

Dívida líquida em percentagem do PIB – zona Euro

País	2011	2012	2013	2014	2015*
Zona Euro	58,2	66,3	69,0	70,0	70,1

Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.

Japão e outros países asiáticos desenvolvidos

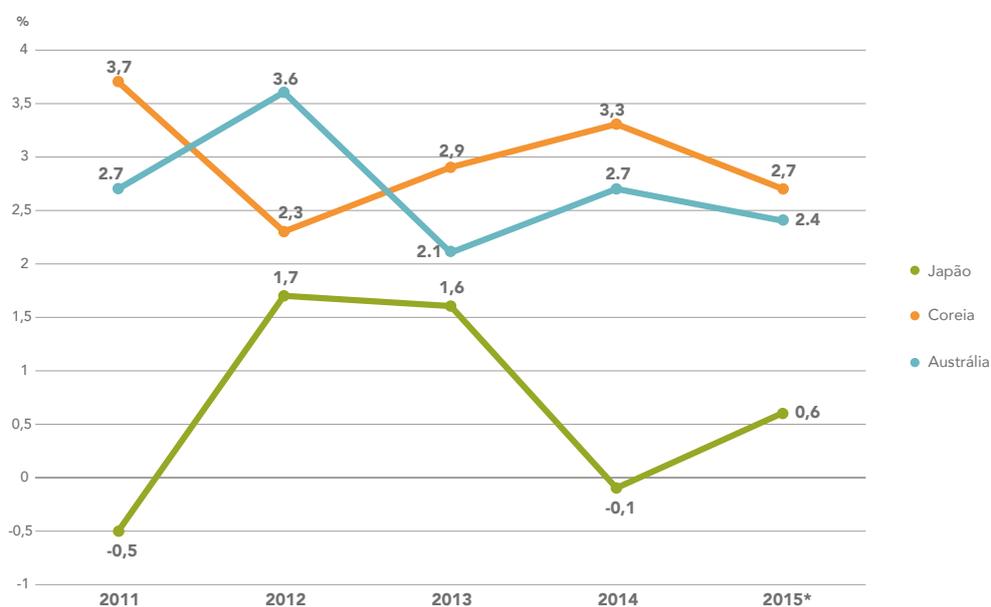
Neste grupo existem 3 países com grande peso: Japão, Coreia e Austrália, sendo eles a terceira, décima primeira, e décima segunda maior economia do mundo, respectivamente.

Contrariamente à Coreia e à Austrália, o Japão tem dificuldades de manter um ritmo razoável de crescimento. Em 2014 o seu crescimento foi negativo e em 2015 estimou-se um crescimento de apenas 0,6% do PIB.

Embora o ritmo de crescimento da Coreia e da Austrália tenha abrandado, estes apresentam ainda níveis bem acima do Japão.

Visão Macroeconómica

Crescimento percentual do PIB

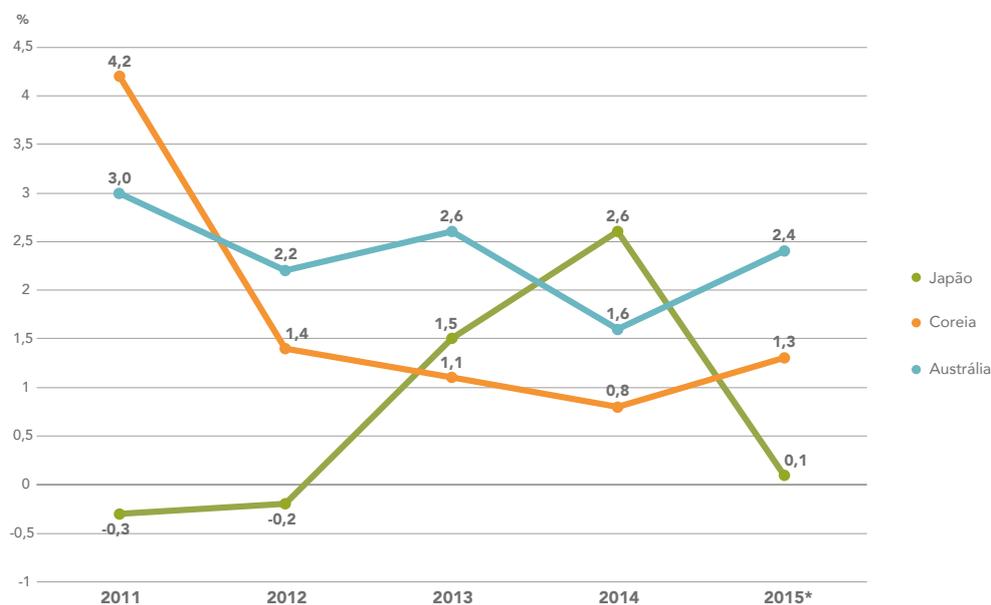


Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.

O banco Central do Japão também utilizou o “quantitative easing” como instrumento para aumentar a liquidez no seu sistema bancário. Durante vários anos o Japão experimentou a deflação e, em 2015 era esperado que apresentasse um rácio ligeiramente acima de zero. A Coreia e a Austrália demonstram valores de inflação mais confortáveis.

Inflação fim do período



Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.

O Japão é também caracterizado por um nível de endividamento público muito alto, o que limita futuras acções do Governo para estimular a economia.

Dívida líquida pública em percentagem do PIB

País	2011	2012	2013	2014	2015*
Japão	127,2	129,0	122,9	126,1	126,0
Coreia	31,1	31,1	33,9	35,4	37,7
Austrália	8,1	11,2	13,2	15,6	17,5

Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.

Visão Macroeconómica

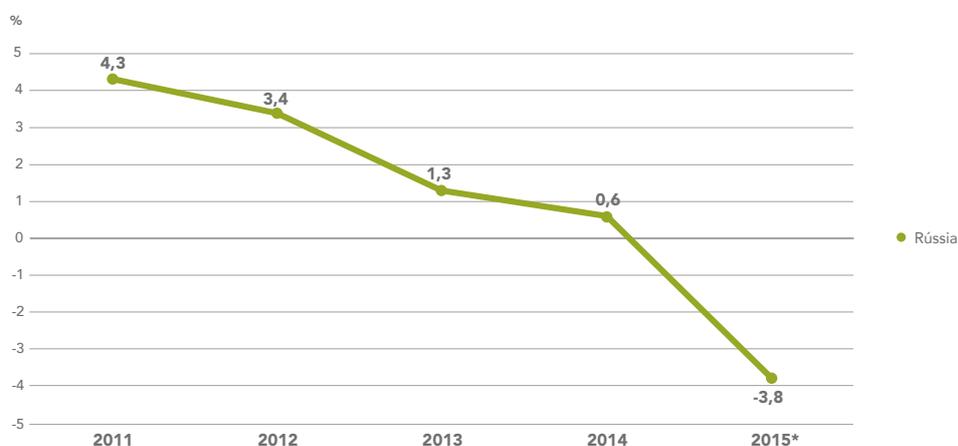
O Japão está a utilizar activamente a taxa de câmbio como meio para melhorar a economia e assegurar um valor positivo na balança de pagamentos. A taxa de câmbio do dólar norte americano, relativamente ao iene japonês subiu de 80 para 125 em Agosto 2015. Devido aos problemas estruturais do Japão o mercado negociou o USD/JPY mais baixo.

Economias em desenvolvimento e mercados emergentes

Rússia

O PIB da Rússia caiu drasticamente — em consequência das sanções impostas devido à guerra de ocupação da Ucrânia e à queda do preço de petróleo.

Crescimento percentual do PIB – Rússia



Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.

Com uma descida brutal do valor da exportação, o rublo russo desvalorizou quase 50% no período compreendido entre o fim de 2014 e o fim de 2015.

Ásia

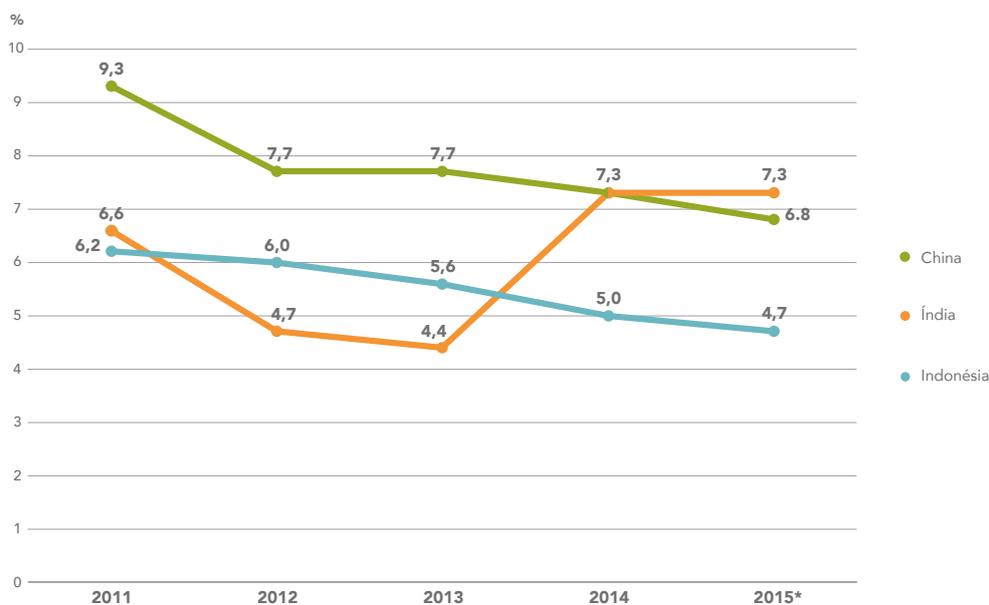
A China, a Índia e a Indonésia representam 50% do PIB dos países da região.

A China, o colosso asiático, adoptou recentemente políticas para um crescimento sustentável. As grandes taxas de crescimento registadas nas últimas três décadas tiveram como base altas taxas de

investimento, cerca de metade do PIB nalguns anos, e elevadas exportações. Níveis de investimentos como estes, podem fazer com que os projectos não sejam rentáveis ou mesmo um desperdício para o investidor, e um efeito disso foi a erupção da bolha imobiliária. Por isso, a China está actualmente a redefinir a sua estratégia de crescimento, apostando mais no consumo interno para manter um ritmo alto do PIB, em detrimento do investimento e das exportações.

O crescimento da Índia, actualmente o maior da Ásia com 7,3% em 2015, é explicado pelas reformas recentes nas políticas económicas, que se consubstanciaram no aumento do investimento e na queda do preço de petróleo. É digno de realce que, além das condições favoráveis ora descritas, a diferença de 2,9 pontos percentuais entre as taxas de crescimento dos anos 2013 e 2014 é, em parte, resultante da revisão pela "Indian's Central Statistics Office" (CSO) das contas nacionais de modo a torná-las mais detalhadas e comparáveis com as de outros países.

Crescimento percentual do PIB



Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.



Visão Macroeconómica

O PIB da Indonésia, estimado em 4,7% em 2015, foi abaixo da meta estabelecida de 5,7%, devido ao recuo global em 2015. O Governo tem aumentado os investimentos em infraestruturas e estimulado o investimento privado. Mas com os preços baixos dos bens, as receitas fiscais e as exportações não atingiram os níveis esperados.

América Latina e Caribe

A América do Sul voltou a registar dificuldades económicas semelhantes às que viveu há seis anos no auge da crise financeira internacional. Em 2015, a economia sul americana contraiu 1,5%, desta vez mais por influência do Brasil e da Venezuela.

O Brasil, por ter um certo nível de dependência das *commodities*, principalmente agrícolas, enfrenta a queda do seu preço com efeitos bem claros nas receitas das exportações. Com a deterioração da conta corrente da balança de pagamentos, o Brasil sofreu uma desvalorização constante — de uma taxa de câmbio de 2,70 relativamente ao dólar no início de 2015, até quase 4,00 no fim de 2015. Devido a este facto, o PIB medido em USD caiu drasticamente.

PIB nominal em mil milhões de USD – América do Sul

País	2011	2012	2013	2014	2015*
Brasil	2.613	2.412	2.391	2.347	1.800
México	1.171	1.187	1.262	1.291	1.161
Argentina	559	608	622	543	579
Colômbia	336	370	380	378	274
Chile	251	265	277	258	240
Peru	171	193	202	203	180
Venezuela	298	298	218	206	132
...					
América do Sul	5.874	5.843	5.899	5.799	4.949

Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.

Esta situação é válida para a maioria dos países como demonstrado na tabela acima, não só para os 7 países com maior peso referidos na tabela, mas também para a América de Sul no seu geral.

A Venezuela regista a maior queda, com as projecções a apontarem para uma contracção de 10% em 2015, como reflexo das questões políticas agravadas pelas sanções, e uma cada vez mais crescente deterioração do clima económico.

Crescimento percentual do PIB – América do Sul

País	2011	2012	2013	2014	2015*
Brasil	2,7	1,0	2,3	0,1	-3,0
México	4,0	3,9	1,1	2,1	2,3
Argentina	8,9	1,9	4,3	0,5	0,4
Colômbia	6,6	4,2	4,3	4,6	2,5
Chile	5,7	5,5	4,2	1,9	2,3
Peru	6,5	6,0	5,8	2,4	2,4
Venezuela	4,2	5,6	1,0	-4,0	-10,0
...					
América do Sul	4,6	3,1	2,7	0,7	-1,5

Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.

Três países apresentam uma queda no PIB: Brasil, Venezuela e Equador. Os restantes países têm crescimentos modestos.

África Subsaariana

Com a queda dos preços do petróleo e de outras *commodities*, o abrandamento da actividade da economia chinesa que, até no limiar do ano de 2015, foi o maior destino das exportações da maioria dos países da África Subsaariana, e os riscos que as finanças internacionais apresentam, não é pessimismo que a região cresça 3,8% em 2015, perdendo 1,2 pontos percentuais relativamente ao ano de 2014.



Visão Macroeconómica

Crescimento percentual do PIB – África Subsaariana

País	2011	2012	2013	2014	2015*
Nigéria	7,4	6,6	6,3	6,3	4,0
África do Sul	3,6	2,5	1,9	1,5	1,4
Angola	3,9	5,2	4,1	4,8	3,5
Quênia	4,4	4,6	5,6	5,3	6,5
Etiópia	11,4	8,5	9,7	10,3	8,7
Tanzânia	7,9	5,1	7,3	7,0	6,9
RDC	6,9	7,1	8,5	9,2	8,4
...					
África Subsaariana	5,5	4,9	4,9	5,0	3,8

Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.

Os 7 países apresentado na tabela acima representam 75% do PIB da zona da África Subsaariana.

Os efeitos adversos da queda do preço de petróleo estão patentes nas taxas de crescimento do PIB da Nigéria e de Angola. A Nigéria que, em dois anos consecutivos cresceu 6,3%, perde 2,3 pontos percentuais situando-se em 4%. Angola perdeu 1,3 pontos percentuais face ao crescimento de 2014, com as projecções de Outubro a apontarem à taxa de crescimento de 3,5%.

PIB Nominal em mil milhões de USD – África Subsaariana

País	2011	2012	2013	2014	2015*
Nigéria	248	467	522	574	515
África do Sul	404	397	366	350	324
Angola	104	115	124	129	106
Quênia	34	50	55	61	66
Etiópia	31	43	47	52	58
Tanzânia	34	39	44	48	46
RDC	25	28	33	36	39
...					
África Subsaariana	1.459	1.533	1.614	1.680	1.510

Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2015.

A África de Sul recua ligeiramente devido às dificuldades do sector exportador, às finanças públicas e ao clima de negócios em geral.

Com uma economia mais desenvolvida e diversificada o Quênia conseguiu um aumento do PIB de 1,2% para 6,5%.

A situação é também positiva nas economias de baixa renda que, devido aos investimentos em infraestruturas e o aumento do consumo privado, continuam a apresentar melhores taxas de crescimento.

Visão Macroeconómica

Economia Angolana

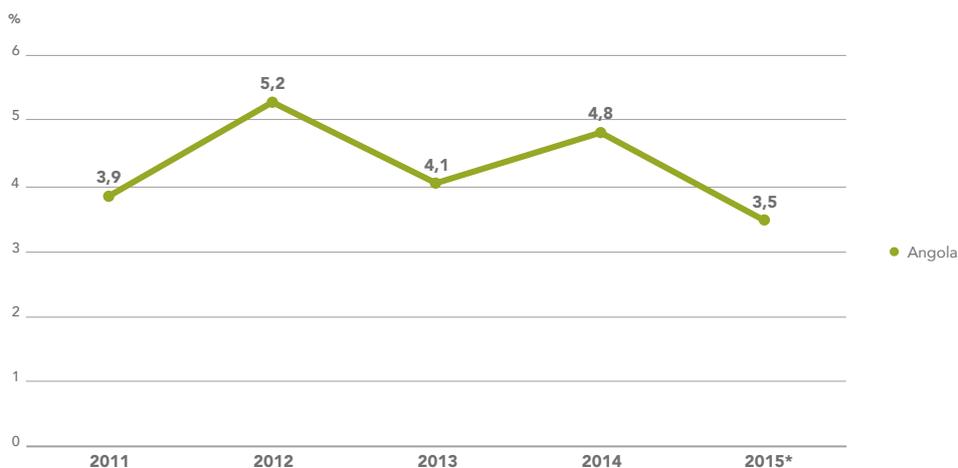
Visão geral do crescimento económico e questões sociais

O ano de 2015 começou com grandes preocupações para o País, que teve que rever o seu Orçamento logo no primeiro trimestre, uma vez que a previsão das receitas foi reajustada, reduzida em 35,7% devido, essencialmente, ao efeito preço de base do petróleo que caiu de USD 81/bl no OGE inicial para USD 40/bl no OGE revisto.

As oscilações na curva do preço do petróleo que serve de referência para as exportações de Angola, o BRENT, o comportamento da procura do petróleo e os incipientes frutos da diversificação da economia, levam instituições a prognosticar taxas de crescimento da economia mais baixas no futuro que a taxa de 3,5% prevista para 2015.

Notícias mais recentes como as da agência de notação de risco *Fitch*, apontam para um crescimento de 2,5% em 2016, e outra, da *Economist Intelligence Unit (EIU)*, pressagia um crescimento de apenas 1,1% para o mesmo ano, embora ambas concordem que só em 2017 é que o cenário económico promete uma retomada da subida, com perspectivas de que o preço do principal produto de exportação melhore.

Crescimento percentual do PIB – Angola



Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projeções do *World Economic Outlook* de Outubro de 2015.

Segundo os dados definitivos do Censo de 2014, o País registou melhorias no desenvolvimento humano com uma esperança de vida à nascença de 60,29 anos, embora este dado esteja muito acima daquele publicado pelo PNUD no seu último relatório do Índice de Desenvolvimento Humano para 2015 apontando para 52,3 anos, como a esperança de vida à nascença do angolano e a cair no contraditório do Instituto norte americano sobre o envelhecimento que disse em Março último que a esperança de vida à nascença é de 55,6 anos e não o publicado pelo Censo 2014.

Inflação

O ano de 2015 marca, não só o regresso aos dois dígitos na taxa de inflação, mas também um agravamento ao dobro do custo de vida face, aos registos de 2014. A taxa de inflação em 2015 é 6,78 pontos percentuais superior à de 2014. O OGE revisto para 2015 foi elaborado com uma inflação esperada de 7%, o que esteve sempre muito abaixo das observações por duas razões principais, o aumento dos custos das importações, corolário da depreciação do Kwanza que até certo tempo foi o “freio” principal para o controlo da inflação, e o efeito dos cortes das subvenções aos combustíveis.



Fonte: BNA



Visão Macroeconómica

Políticas Cambial e Monetária

A administração da taxa de câmbio a que se assistiu por largos períodos de tempo pela autoridade cambial nacional deixou claros sinais de insustentabilidade com desvalorizações graduais em 2015 e uma desvalorização de cerca de 15% ao abrir do ano de 2016, tudo como legado da queda das receitas petrolíferas, a fonte das divisas.

Taxa câmbio USD / AKZ – Taxa de Venda BNA

	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de câmbio fim do ano	95,52	96,072	97,862	102,94	135,988
Varição em %	2,70%	0,60%	1,90%	5,19%	32,10%
Taxa média de câmbio	94,13	95,659	96,808	98,814	121,739

Fonte: BNA

Como reflexo de um reduzido influxo de USD, os montantes de USD vendidos pelo BNA nos leilões realizados em 2015 reduziu em 9%, relativamente aos montantes vendidos em 2014, e durante este período as divisas vendidas em leilão foram destinadas a sectores definidos como prioritários, sendo a maior parte para importação de bens de consumo corrente, sacrificando a despesa de capital.

Montantes de USD vendidos em Leilões, em milhões de USD

	2011	2012	2013	2014	2015
Montantes por ano	14.888	18.201	19.282	19.175	17.484
Varição em %	28%	22%	6%	-1%	-9%
Média mensal	1.241	1.517	1.607	1.598	1.457

Fonte: BNA

As reservas cambiais do País continuam com a tendência decrescente iniciada em 2014 situando-se, em 2015 em 24.704 milhões de USD. Segundo o BNA, apesar desta redução, preservam uma quantidade para suportar seis meses de importação.

Reservas Internacionais Líquidas em milhões de USD

	2011	2012	2013	2014	2015
Reservas cambiais	26.084	30.632	32.213	27.795	24.704

Fonte: BNA

A massa monetária aumentou em 12% em 2015 face aos registos de 2014. O M3 medido em moeda nacional aumentou de uma forma mais lenta que nos anos passados e o peso da moeda estrangeira sobre a massa monetária aumentou em 7% em 2015, quando nos cinco anos anteriores tinha reduzido em média 2%, o que traduz a ideia geral dos agentes em constituir reserva em moeda estrangeira face à desvalorização do Kwanza.

Massa monetária em milhões de AKZ

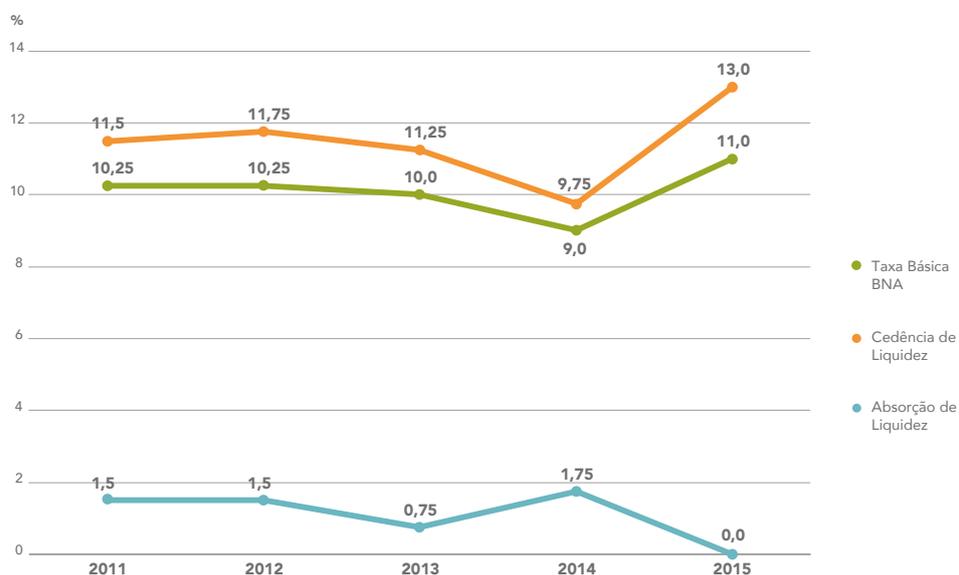
	2011	2012	2013	2014	2015	Varição
M3 AKZ e Moeda Estrangeira	3.673.111	3.883.037	4.396.681	5.110.120	5.711.899	12%
M3 AKZ	1.916.380	2.156.467	2.650.018	3.411.644	3.902.817	14%
M3 ME	1.756.731	1.726.570	1.746.663	1.698.476	1.809.083	7%
Peso de ME em % sobre M3	48%	44%	40%	33%	32%	

Fonte: BNA

Como sinais de uma política monetária restritiva, o BNA fez, durante o ano de 2015, cinco aumentos da taxa básica, passando-a de 9%, registo de fim de Dezembro de 2014, para 11% no fim de Dezembro de 2015.

Visão Macroeconómica

Taxas do BNA



Fonte: BNA

Orçamento Geral do Estado e Política fiscal

O Orçamento para 2015 que foi revisto com uma redução de 35,7% nas Receitas, situando-se em AKZ 2.692,6 mil milhões e um corte na despesa de 33%, fixando-a em AKZ 3.499,1 mil milhões, com o investimento a cair em 53%, uma consequência do reajuste das expectativas em torno do preço do petróleo que passou dos excessivamente optimistas USD 81/bl, para os USD 40/bl.

O governo traçou um conjunto de prioridades de política fiscal que se resumem em:

- Potenciação das Receitas não-petrolífera, com o alargamento da sua base tributária e com a optimização e modernização do sistema de arrecadação de receitas públicas;

E quanto à Despesa:

- Racionalização da despesa pública no Sector público empresarial, no âmbito da optimização e subsídição da economia e outros apoios financeiros prestados pelo Estado às empresas públicas.

Orçamento Geral do Estado (valores em mil milhões de AKZ)

	2011		2012		2013		2014		2015	
Rendimento do sector petrolífero	3.817	80%	4.050	80%	3.282	72%	2.962	69%	1.039	39%
Rendimento de outros sectores	711	15%	744	15%	1.119	24%	1.128	26%	1.437	53%
Outros rendimentos	248	5%	246	5%	169	4%	233	5%	217	8%

Fonte: BNA

O OGE revisto para 2015 prevê que o peso do Sector petrolífero sobre as receitas baixe significativamente, passando para 39% contra os 69% do ano passado. Esta redução é possível uma vez que os fracos investimentos do Sector por parte das operadoras podem garantir que os direitos da concessionária caiam 57,7%, tal como previsto pelo OGE.

Sector Externo

Quanto às transacções com os não-residentes, os dados para 2015 ainda não estão totalmente compilados pelas instituições que constituem a fonte primária.

Apesar deste facto, sabe-se, a partir da Folha de Informação Rápida de Estatística de Comércio Externo (FIR ECE) do Instituto Nacional de Estatística (INE) referente ao III Trimestre de 2015 e as revelações do Relatório de Inflação do III Trimestre de 2015 do BNA, que a conta de Bens registou até Setembro um excedente comercial na ordem de USD 10 mil milhões. Porém, a tendência da conta de Serviço, histórica e anualmente negativa, na proporção do dobro deste saldo, juntando a isto os saldos das Balanças Financeira e de Capital com tendência deficitária registada em 2014, leva-nos a prever para o final de 2015 um défice não muito afastado daquele registado naquele ano, apesar de o BNA estar a restringir os contratos de assistência técnica com os não-residentes.



Visão Macroeconómica

Balança Comercial (Valores em milhões de USD)

	2011	2012	2013	2014	2015 ¹
Exportações	67.310	71.093	68.246	59.170	14.212
Petróleo/derivados do petróleo	65.591	69.716	66.902	57.642	13.892
Diamantes	1.205	1.160	1.167	1.335	3
Agricultura e outros	514,2	217,6	177,4	193	317
Importações	20.228	23.717	27.344	28.587	4.157
Saldo comercial	47.028	47.376	40.081	30.583	10.055

Fonte: BNA e INE

¹ Os dados de 2015 incluem apenas operações até Setembro de 2015. Os Dados do FIR ECE estão em AKZ.

Foi utilizada a taxa média de venda do BNA até Setembro de 2015 (116,99 AKZ/USD) para a sua conversão em USD

Exportação de Petróleo (em milhões de barris)

	2011	2012	2013	2014	2015
Barris de petróleo exportados	586,4	617,0	609,3	586,9	669,8
Barris de petróleo/dia	1,6	1,7	1,7	1,6	1,8
Preço médio	110	112	108	96	40

Fonte: Ministério das Finanças e OGE 2015 Revisto

Se as exportações continuarem da forma verificada até Setembro de 2015, o petróleo representará o tradicional volume não inferior aos 97% do volume total das exportações do País.

Principais parceiros comerciais (milhões de USD) ²

Exportações	2015	% País	% Grupo	Importações	2015	% País	% Grupo
França	5.799	41%		China	768	18%	
China	3.542	25%		Portugal	665	16%	
Índia	745	5%	78%	EUA	387	9%	56%
Espanha	600	4%		África do sul	271	7%	
EUA	379	3%		Brasil	235	6%	
Export. Totais	14.212			Import. Totais	4.157		

Fonte: INE, Folha de Informação Rápida, Estatística de Comércio Externo III Trim. 2015

² Os dados de 2015 incluem apenas operações até Setembro de 2015. Os Dados do FIR ECE estão em AKZ.

Foi utilizada a taxa média de venda do BNA até Setembro de 2015 (116,99 AKZ/USD) para a sua conversão em USD

Há mudanças nos cinco maiores parceiros comerciais de Angola, Canadá e Taiwan cedem seus lugares à França e à Espanha. A França passou, até ao 3º trimestre, a ser o maior parceiro comercial, recebendo 41% das exportações angolanas. Ao todo, os cinco maiores parceiros representam 78% das trocas comerciais de Angola com o resto do mundo.

O peso da dívida pública em relação ao PIB subiu 3,31 pontos percentuais situando-se em 45,8% do PIB que segundo o Ministério das Finanças é ainda um nível sustentável.

Dívida pública (em mil milhões de USD)

	2011	2012	2013	2014	2015
Dívida interna do Governo	12	12	15	21	22
Dívida externa do Governo	20	22	29	29	25
Dívida das empresas públicas	10	9	14	10	12 ³
Dívida pública total	32	34	45	50	47
Dívida pública/PIB	31,1%	30,1%	35,7%	42,5%	45,8%

Fonte: Unidade de Gestão de Dívida (UGD) e OGE 2016

³ Ainda não existem dados oficiais sobre a Dívida das empresas públicas em 2015.

Este valor é apenas uma estimativa, média das observações dos dois últimos anos.

O nível de incertezas que pairam sobre a economia está reflectido nas medidas de política monetária do Banco Central e na mudança de política de investimento dos bancos comerciais.



relatório e contas | 2015

Lagoa dos Arcos (ex Lagoa São João do Sul),
Namíbe.

Canais de Distribuição

1 - Directos: Agências (31)

LUANDA

Valódia - Sede

Av. Comandante Valódia, 83-A
Tel: (+244) 222 448 842/48/49
Fax: (+244) 222 449 516
E-mail: bca@bca.co.ao
SWIFT: COMLAOLU

Deolinda Rodrigues

Rua Deolinda Rodrigues, 477
Estrada de Catete - Luanda
Tel/Fax: (+244) 222 260 063/2376

N'gola Kiluanji

Rua N'gola Kiluanji, 183
São Paulo - Luanda
Tel: (+244) 222 384 508/40
Fax: (+244) 222 384 570

Rainha Ginga

Rua Rainha Ginga, 8 - B
Coqueiros - Luanda
Tel: (+244) 222 334 160/3289/3678
Fax: (+244) 222 330 189

Major Kanhangulo

Rua Major Kanhangulo, 288
Ingombota - Luanda
Tel: (+244) 222 330 932/1097
Fax: (+244) 222 330 802

Morro Bento

Rua Pedro Castro Van-Dúnem
Estrada Nacional - Talatona
Bairro Morro Bento

Torres da Imporáfrica

Rua Kwame N'Kruma, Edifício
Torres Imporáfrica R/C
Bairro Maculusso
Tel/Fax: (+244) 222 208 222/01

Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro

Área das Chegadas Internacionais
Bairro do Cassenda
Tel: (+244) 222 204 200/02

Porto de Luanda

Guiché Único das Alfândegas
Rua Padre José Maria Antunes
Tel: (+244) 222 206 000

Missão

Rua da Missão, 42
Tel: (+244) 222 641 313

Funda Coca-Cola

Funda Fábrica Coca-Cola

Porto Seco de Viana

Tel: (+244) 222 641 346

EDEL Sambizanga

Colégio Pitruca

Nova Vida
Tel: (+244) 222 641 329

Hospital do Prenda

Tel: (+244) 222 641 357

Hipermercado Jumbo

Tel: (+244) 222 641 359

EDEL Viana

Tel: (+244) 222 641 332

CABINDA

Cabinda

Largo Lopes Pim-Pim
Tel: (+244) 231 220 125
Fax: (+244) 231 222 127

Aeroporto Cabinda

Av. Duque de Chiasi
Aeroporto de Cabinda
Tel: (244) 231 223 148
Fax: (+244) 231 223 149

Porto de Cabinda

Tel: (+244) 222 641 364

Posto Fronteiriço de Massabi

Tel: (+244) 222 641 308

BENGUELA

Benguela

Rua Comandante Kassanje, 1
Tel: (+244) 272 23704/42/43/44/71
Fax: (+244) 272 236 640

LOBITO

Lobito

Av. 25 de Abril, Bairro 28
Edifício da ENE
Tel: (+244) 272 226 606/7/8/9/10
Fax: (+244) 272 611

Porto do Lobito

CUNENE

Santa Clara

Rua Principal de Sta. Clara
Próximo da Alfândega Sta. Clara
Tel: (+244) 222 641 361

HUAMBO

Aeroporto do Huambo

Aeroporto Albano Machado
Tel: (+244) 222 641 354

Huambo

Av. da Independência
Tel: (+244) 222 641 353

UÍGE

Comércio Uíge

Convergência à Rua do Comércio,
23-A com a Rua da Ambuila, 20

ENE Uíge

Rua Comandante Bula
Tel: (+244) 222 641 335

MALANGE

Malange

Rua António Enes
(por baixo do Hotel Gigante)
Aeroporto de Cabinda
Tel: (+244) 222 641 331

HUILA

ENE Lubango

Rua 11 de Novembro, Edifício da ENE
Tel: (+244) 927 561 111

2 - Indirectos:

Postos de atendimento

Multicaixas - ATM (45)
Terminais de Pagamentos
Automáticos - POS (123)



Quedas de Água do Porto Condo, também conhecidos por Rápidos do Porto Condo no rio Cuanza perto de Cangandala, Malanje.

Demonstrações Financeiras

relatório e contas | 2015

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Balanço

	Notas	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Activo					
Disponibilidades	3	17.250.231	127.482	7.001.782	68.070
Aplicações de Liquidez	4	1.219.488	9.012	1.830.063	17.791
Títulos e Valores Mobiliários	5	13.746.180	101.587	11.351.672	110.357
Créditos a clientes	6	8.922.429	65.938	6.461.799	62.819
Participações	7	70.871	524	70.871	689
Imobilizações incorpóreas	8	541.902	4.005	745.836	7.251
Imobilizações corpóreas	8	4.712.642	34.827	3.064.800	29.795
Créditos no sistema de pagamentos	9	69.147	511	19.585	190
Outros Valores	10	311.818	2.304	378.380	3.679
Total de Activo		46.844.708	346.190	30.924.788	300.641
Passivo					
Outras captações	11	-	-	696.837	6.774
Depósitos					
a) à vista	12	27.346.639	202.096	13.293.911	129.239
b) a prazo ou com pré aviso	12	9.411.106	69.550	9.293.139	90.345
Obrigações no sistema de pagamentos	13	369.109	2.728	181.918	1.769
Operações cambiais	14	123.326	911	147.320	1.432
Outras obrigações	15	2.175.126	16.075	1.379.584	13.412
Provisões p/ responsabilidades potenciais	16	76.165	563	75.882	738
Total de Passivo		39.501.471	291.923	25.068.591	243.709
Fundos Próprios					
Capital	17	2.500.000	27.208	2.500.000	27.208
Reserva Actualiz. Monet. Capital Social	18	82.579	-	82.579	-
Resultados potenciais	18	71.924	532	(29.824)	(290)
Reservas e fundos	18	3.204.932	23.685	2.495.501	24.260
Reserva de reexpressão		-	(9.419)	-	(2.448)
Resultado do exercício		1.483.802	12.261	807.941	8.202
Total de Fundos próprios		7.343.237	54.267	5.856.197	56.932
Total de Passivos e Fundos Próprios		46.844.708	346.190	30.924.788	300.641

	Notas	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Juros e proveitos equiparados	19	2.772.646	22.912	1.732.293	17.585
Juros e custos equiparados	20	(228.669)	(1.890)	(233.358)	(2.369)
Margem financeira		2.543.977	21.022	1.498.935	15.216
Comissões recebidas	21	1.085.708	8.972	711.938	7.227
Resultados em operações cambiais	22	1.240.290	10.249	1.115.281	11.322
Outros proveitos	23	7.527	62	4.712	48
Comissões pagas	24	(30.801)	(255)	(23.665)	(240)
		2.302.724	19.028	1.808.266	18.357
Provisões para créditos	28	(195.967)	(1.619)	(18.613)	(189)
Margem bruta total		4.650.734	38.431	3.288.588	33.384
Custos com Pessoal	25	(1.214.806)	(10.038)	(977.656)	(9.924)
Fornecimentos de terceiros	26	(747.648)	(6.178)	(633.849)	(6.434)
Out. Custos adm. comercializ.	27	(335.059)	(2.769)	(283.179)	(2.875)
Impostos e taxas	29	(94.429)	(781)	(39.069)	(397)
Amortizações do exercício	8	(297.070)	(2.455)	(281.903)	(2.862)
Provisão Respons. Potenciais	30	(102.130)	(844)	(95.627)	(930)
Provisão Compensação	16	-	-	(6.509)	(107)
Outro proveitos e custos	31	2.111	18	(28.201)	(286)
		(2.789.031)	(23.047)	(2.345.993)	(23.815)
Resultados Operacionais		1.861.703	15.384	942.595	9.569
Resultado não operacional	32	(634)	(5)	5.752	58
		1.861.069	15.379	948.347	9.627
Provisão para Imposto Industrial	33	(377.267)	(3.118)	(140.406)	(1.425)
Resultado Líquido do Exercício		1.483.802	12.261	807.941	8.202

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Fluxo de Caixa

	Notas	2015 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Kwanzas
Resultado antes de impostos		1.861.069	948.347
Mais:			
Amortizações	8	297.070	281.903
Provisões Responsabilidades potenciais	15	102.130	91.930
Provisões de crédito	28	195.967	18.613
Resultado não operacional	32	6.386	3.399
Menos:			
Dividendo pago	18	(98.510)	(195.237)
Impostos pagos	16	(134.712)	(428.744)
Fluxos de actividades operacionais		2.229.400	720.211
Flutuação de crédito	6	(2.648.578)	(605.541)
Flutuação de outros valores	10	66.562	(209.495)
Créditos no sistema	9	(49.562)	133.014
Captação	11	(696.837)	674.553
Outras obrigações	15	550.004	467.101
Operações cambiais	14	(23.994)	94.270
Sistema de pagamentos	13	187.191	(324.675)
		(385.814)	949.438
Actividades de investimento			
Compra de meios fixos	8	(1.752.499)	(837.774)
Compra de títulos	5	(2.394.508)	(7.958.143)
Mercado inter-financeiro	4	610.575	8.936.475
Participações		-	-
		(3.536.432)	140.558
Actividades de financiamento			
Depósitos à ordem	12	14.052.728	(2.426.024)
Depósitos a prazo	12	117.967	1.224.009
		14.170.695	(1.202.015)
(Redução) em disponibilidades		10.248.449	(112.019)
Disponibilidades no início	3	7.001.782	7.113.801
Disponibilidades no fim	3	17.250.231	7.001.782

Demonstração de Alterações
no Capital Próprio no Exercício findo em
31 de Dezembro de 2015

Milhares de Kwanzas	Capital e prémios de emissão	Acções próprias	Reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total do capital próprio
Saldo a 01-01-2015	2.500.000	-	2.548.256	807.941	5.856.197
Resultado líquido	-	-	807.941	675.861	1.483.802
Alteração da reserva potencial	-	-	101.748	-	101.748
Total do rendimento integral do exercício	2.500.000	-	3.457.945	1.483.802	7.441.747
Apropriação de Reservas	-	-	(98.510)	-	(98.510)
Saldo a 31-12-2015	2.500.000	-	3.359.435	1.483.802	7.343.237



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

O Banco Comercial Angolano, S.A. ("BCA" ou "Banco"), com sede em Luanda, é uma sociedade de capitais privados de residentes nacionais.

O Banco foi constituído em 17 de Março de 1997 e a actividade comercial só foi iniciada no dia 23 de Março de 1999 e desenvolve a sua actividade na área de banca universal, isto é, com igual enfoque na banca de retalho e empresas. A actividade do BCA assenta na realização de operações financeiras e na prestação de serviços permitidos aos bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, transacções em moeda estrangeira, concessão de crédito, captação de depósitos, serviços de transferência de moeda estrangeira, venda de seguros entre outros.

No final de 2015, o Banco dispunha de uma rede comercial nacional de 31 balcões/agências, dos quais, 1 foi aberto no ano de 2015.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. COMPARABILIDADE DE INFORMAÇÃO

As demonstrações financeiras anuais aqui apresentadas foram publicadas de forma a poderem ser comparadas com as do exercício anterior, e foram preparadas de acordo com o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF).

2.2. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Kwanzas (AKZ) no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, e de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF, conforme definido no Instrutivo nº 09/07 de 19 de Setembro, do Banco Nacional de Angola (BNA), o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de Abril de 2016.

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas (AKZ), conforme Aviso nº 15/07, art. 5º do BNA. No entanto, o Conselho de Administração assume o USD como a moeda de referência do Banco, sendo a moeda mais representativa das suas operações internacionais. Como consequência, a informação financeira é apresentada em ambas as moedas. As taxas de câmbio AKZ/USD utilizadas na preparação da informação financeira em USD foram as seguintes:

Exercício findo em	Taxa média	Taxa de encerramento
31.12.2014	98,509	102,863
31.12.2015	121,015	135,315

As demonstrações financeiras expressas em AKZ foram convertidas para USD através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

- Histórica – para as rubricas dos Fundos Próprios;
- Vigente no final do ano – para a totalidade dos activos e passivos com a excepção das rubricas acima referidas;
- Média – para a demonstração de resultados.

2.3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A seguir são descritas as principais políticas contabilísticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras que, a não ser para os casos especificamente estabelecidos, foram consistentemente aplicadas:

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

b) Atualização monetária

De acordo com o Aviso n.º 2/2009 do Banco Nacional de Angola, no caso de existir inflação, as instituições financeiras devem considerar mensalmente os efeitos da alteração do poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), aos saldos de capital reservas e resultados transitados. Considera-se hiperinflação se a taxa acumulada de inflação durante 3 anos se aproximar ou exceder 100%.

c) Provisão para riscos de crédito

A política de constituição de provisões para riscos de crédito foi alterada, com efeitos a partir de 31 de Março de 2008, com entrada em vigor do Aviso n.º 9/07, de 12 de Setembro (posteriormente revogado pelo Aviso 03/2012, de 28 de Março).

As normas mencionadas no referido Aviso 03/12, de 28 de Março estabelecem provisões específicas e definem os seguintes critérios para a constituição de provisões de créditos:

Classificação das operações e provisões

As provisões são constituídas a partir das datas de concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente e em função da análise da qualidade do cliente e da operação.

Risco	Nível de Risco	Provisão mínima a ser constituída
Nulo	A	0%
Muito Reduzido	B	1%
Reduzido	C	3%
Moderado	D	10%
Elevado	E	20%
Muito Elevado	F	50%
Perda	G	100%

A classificação do crédito por níveis de risco deve ser revista:

1. Anualmente, através de uma reafirmação/avaliação dos critérios que determinaram a sua classificação inicial: perfil económico e padrão comportamental do proponente/cliente, e eventuais garantias associadas, bem como o seu tipo, qualidade e montante de cobertura.

A classificação de todos os créditos da carteira, ou daqueles cujos devedores actuem em determinado sector da actividade económica ou área geográfica, é revista sempre que a Comissão Executiva entende que existem alterações significativas na conjuntura económica que afectam o risco das operações dos mesmos.

2. Mensalmente, em função do atraso verificado no pagamento da prestação de capital ou juros.

Dias de atraso	Nível mínimo de risco
Até 15 dias	A
15 a 30	B
30 a 60	C
60 a 90	D
90 a 150	E
150 a 180	F
Superior a 180	G

O Banco, contudo, aplicará essencialmente o dobro dos prazos previstos para esta revisão mensal, uma vez que os seus créditos têm, na sua maioria, prazos residuais superiores a 24 meses (conforme estabelecido no artigo 10º do Aviso 03/2012).

d) Outras provisões e contingências

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

O BCA tem também constituídas provisões para garantias prestadas, cuja atribuição dos níveis de risco é regida, tal como as provisões de crédito, pelo Aviso n° 3/12 e, provisões para a compensação de reforma dos colaboradores à luz do art. 262 da Lei Geral do Trabalho, conjugado com o art. 3° do Decreto n° 76/05 de 12 de Outubro. Entretanto, com a entrada em vigor da nova Lei Geral de trabalho n° 07/2015 de 15 de Junho, o banco não efectuou nenhum reforço desta provisão para 2015.

e) Transacções em moeda estrangeira

Os resultados expressos em moeda estrangeira são registados de acordo com o princípio do sistema multi-moeda, segundo o qual, cada operação é registada exclusivamente em função das moedas intervenientes. De acordo com este método, os saldos contabilísticos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas, no fecho de cada mês contabilístico, através da aplicação da média dos câmbios de compra e venda publicados pelo Banco Nacional de Angola. A taxa de câmbio utilizada no final do exercício para a conversão em Kwanzas da principal moeda estrangeira, o Dólar Americano, foi aquela que está mencionada na Nota n° 2.2.

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado.

A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, é registada nas rubricas de "Operações cambiais" do activo ou do passivo, por contrapartida de proveitos ou custos, respectivamente.

f) Títulos e valores mobiliários (TVM)

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco são registados pelo valor efectivamente pago e atendendo às suas características e intenção aquando da aquisição, classificados nas seguintes categorias:

1. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem activa e frequentemente negociados. Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

2. Títulos mantidos até ao vencimento – são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até ao vencimento. Essa capacidade financeira é comprovada com base em projecção de fluxo de caixa, não considerando a possibilidade de venda dos títulos antes do vencimento. Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se valorizados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o valor recebido nessa data e o respectivo valor contabilístico.
3. Títulos disponíveis para venda – são aqueles adquiridos com o propósito de serem eventualmente negociados e por consequência não se enquadram nas demais categorias. São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, na rubrica “Resultados Potenciais”, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício aquando da venda definitiva do activo.

Os rendimentos produzidos pelos TVM, relativos a juros auferidos pela fluência do prazo até ao vencimento ou dividendos declarados, são considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observado que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses são reconhecidos em contrapartida da conta que regista o correspondente custo de aquisição.

Os TVM classificados nas categorias de “títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda” são ajustados pelo valor de mercado, considerando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida:

1. Da conta de proveitos ou custos, no resultado do período, quando referente aos títulos classificados na categoria “títulos para negociação”
2. Da conta de fundos próprios, quando referente aos títulos classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”, pelo valor líquido dos efeitos tributários, devendo ser transferidos para o resultado do período somente aquando da venda definitiva.

Para fins do ajuste do valor de mercado dos títulos, a metodologia do seu apuramento segue o critério do preço definido pelo BNA.



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

As perdas de carácter permanente em TVM são reconhecidas imediatamente no resultado do período, observando que o valor ajustado decorrente do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Essas perdas não são revertidas em exercícios posteriores.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes de Tesouro são emitidos a desconto e registados pelo valor pago na data da operação. No fim do período, após apuramento do justo valor aplicando a metodologia acima referida, são registados ao valor apurado.

Todos os títulos em carteira encontram-se registados nos livros ao valor pago e classificados como disponíveis para venda.

A metodologia de apuramento do justo valor dos títulos utilizada pelo Banco tem em consideração:

- i. Para os títulos não cotados de maturidade superior a 1 ano: o preço médio de instrumentos financeiros semelhantes, tendo em conta as datas de maturidade das operações, o risco de crédito e a moeda do instrumento; Preço definido pelo BNA; Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de modelo interno de valorização;
- ii. Para títulos cotados: o valor da cotação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que apresentam maturidades reduzidas (inferiores a 1 ano), os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação do seu valor de mercado.

Classificação em classes de risco

O Banco classifica os títulos e valores mobiliários nos seguintes níveis, sendo observados os mesmos critérios de provisionamento definidos pelo CONTIF para o crédito:

Risco	Nível de Risco	Provisão mínima a ser constituída
Nulo	A	0%
Muito Reduzido	B	1%
Reduzido	C	3%
Moderado	D	10%
Elevado	E	20%
Muito Elevado	F	50%
Perda	G	100%

Operações de venda de títulos com acordo de recompra

Os títulos cedidos com acordo de recompra permanecem registados na carteira de títulos do Banco, sendo registados no passivo na rubrica "Outras captações – Operações de venda de títulos próprios com acordo de recompra". Quando estes títulos são comercializados com juros antecipados, a diferença entre o valor de recompra contratado e o respectivo valor de venda é registada na mesma rubrica, com a especificação "Custos a pagar".

Operações de compra de títulos com acordo de revenda

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, no activo na rubrica "Aplicações de liquidez – Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda", sendo periodificado o valor de juros na mesma rubrica.



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

g) Imobilizações financeiras

Participações em coligadas e associadas

As participações em coligadas e associadas incluem as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante (empresa coligada ou participada). Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual posteriormente é ajustado com base na percentagem efectiva do Banco, nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das coligadas ou equiparadas.

Participações em outras sociedades

As participações financeiras em outras sociedades, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição em Kwanzas, realizado no momento da efectivação do investimento, quer a realização tenha sido efectuada em moeda local, como em moeda estrangeira. Sempre que se estimam perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões.

h) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações são registadas ao seu custo de aquisição. Neste estão inclusos os custos acessórios indispensáveis, ainda que anteriores à escritura, tais como emolumentos notariais, corretagens, impostos pagos na aquisição e outros.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base mensal aplicando-se as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	3 - 25
Equipamento informático	3
Viaturas	3
Outras imobilizações	2 - 10

Por forma a dar-se cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto n.º 6/96, de 26 de Janeiro, as amortizações sobre o acréscimo anual do valor dos bens resultantes da reavaliação, são efectuadas no exercício económico seguinte àquele em que ocorreu a reavaliação, sendo calculadas pelo método das quotas constantes, numa base mensal, e o seu valor apurado tendo em conta o prazo residual para o final da vida útil do bem.

i) Imposto

O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base na taxa de 30% sobre o valor total dos resultados antes de impostos, ajustados em função dos acréscimos e deduções específicas constantes da legislação fiscal em vigor. Fiscalmente, o Banco é considerado um contribuinte do Grupo A.

Os proveitos dos títulos da dívida pública, resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro) e pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de tributação em sede de Imposto Industrial, de acordo com o previsto da alínea c) do número 1 do Artigo 23.º do respectivo Código, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública Angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2010 a 2014. Não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios atrás referidos venha a ocorrer e, caso tal ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos, activos e passivos, são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os mesmos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

O Banco está ainda sujeito ao pagamento de IPU, à taxa de 0,5% sobre o valor patrimonial dos imóveis que se destinem ao normal funcionamento da actividade do Banco, conforme definido na Lei n.º 18/11 de 21 de Abril.

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Imposto de Aplicação de Capitais

O Decreto Legislativo Presidencial n° 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, na sequência da Reforma Tributária actualmente em curso.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos derivados de aplicações, operações de cedência de liquidez e juros de Títulos do Banco Central.

A taxa genérica é de 10%, mas poderá ser aplicada uma taxa reduzida de 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida pública que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) ou uma taxa de 15%. Este imposto tem, face à redacção actual do Código do Imposto Industrial, a natureza de pagamento por conta, operando esta compensação por via da dedução à colecta que vier a ser apurada nos termos da alínea a) do número 81° do Código do Imposto Industrial.

j) Crédito

Os créditos são activos financeiros e são registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As responsabilidades por garantias e avales são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

As operações de crédito concedido a clientes, incluindo as garantias e avales, são submetidas à constituição de provisões de acordo com o Aviso n° 3/2012, de 28 de Março.

k) Redução no valor recuperável de activos (imparidade)

O Banco avalia os seus activos periodicamente, tendo em vista a identificação de activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável.

Na avaliação do indício de imparidade o Banco tem em conta os seguintes indicadores:

- a) Declínio significativo no valor de um activo maior do que o esperado no seu uso normal;

- b) Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal com efeitos adversos sobre o Banco;
- c) Aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de descontos e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- d) Valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- e) Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- f) Mudanças significativas na forma de utilização do activo como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco; e
- g) Indicação que o desempenho económico do activo será pior que o esperado.

l) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incertezas, contudo, não foram criadas reservas ocultas ou provisões excessivas ou, ainda, uma quantificação inadequada de activos e proveitos ou de passivos e custos.

O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese que resulte em menor património líquido, quando se apresentarem opções igualmente válidas diante dos demais princípios contabilísticos. Determina a adopção do menor valor para os componentes do activo e maior para os do passivo, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o património líquido.

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciadas regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de provisões para o crédito concedido e Outras provisões e Impostos correntes e diferidos.

m) Impacto da desvalorização do Kwanza em 01 de Janeiro de 2016

Em 01 de Janeiro de 2016 ocorreu uma desvalorização do Kwanza em 15%, tendo passado a taxa de câmbio relativamente ao dólar, de 135,315 para 155,612. O impacto desta variação às contas do Banco vem espelhada na Nota 38.



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

3. DISPONIBILIDADES

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Caixa				
- Notas e moedas nacionais	1.620.302	11.974	1.616.232	15.712
- Notas e moedas estrangeiras	593.166	4.384	185.612	1.804
	2.213.468	16.358	1.801.844	17.516
Depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA)				
- Em moeda nacional	13.087.285	96.717	2.224.486	21.627
- Em moeda estrangeira	213.121	1.575	1.158.752	11.265
	13.300.406	98.292	3.383.238	32.892
Cheques a cobrar	183	1	1.671	16
Depósitos à ordem no estrangeiro	1.736.174	12.831	1.815.029	17.646
	1.736.357	12.832	1.816.700	17.662
	17.250.231	127.482	7.001.782	68.070

O Instrutivo nº 16/15, de 22 de Julho, que revogou o Instrutivo nº 1/14, de 12 de Fevereiro, veio estabelecer o coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional em 25%. Destes, até 10% das exigibilidades podem ser cumpridos em Obrigações do Tesouro, mediante a ponderação mencionada no Instrutivo, para os depósitos totais de clientes, reflectidos em moeda nacional. O coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda nacional, para os depósitos do Governo Local e do Governo Central é de 50% e 100%, respectivamente. O coeficiente de reservas obrigatórias em moeda estrangeira é de 15% para os saldos dos depósitos dos clientes, e de 100% para os saldos dos depósitos do Governo Central e Local, assim como as Administrações Municipais. A exigibilidade das reservas é calculada semanalmente sobre a média aritmética dos saldos finais diários. Estes depósitos não são remunerados.

O saldo de Depósitos no Banco Central, a 31 de Dezembro de 2015 tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, visam satisfazer as exigências de reservas obrigatórias, sendo utilizáveis ainda para as compras semanais de divisas estrangeiras.

4. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Aplicações no País	–	–	750.036	7.291
Aplicações no Estrangeiro	1.218.003	9.001	1.078.542	10.485
Moedas de ouro	1.485	11	1.485	15
	1.219.488	9.012	1.830.063	17.791

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 as aplicações de liquidez apresentam maturidade residual inferior a 60 dias.

Em 31 de Dezembro de 2015, as aplicações vencem juros à seguinte taxa:

- USD – 0,36%

Ao passo que, em 31 de Dezembro de 2014, venciam juros às seguintes taxas:

- AKZ – 1,75%
- EUR – 0,25%
- USD – 0,46%

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de títulos e valores mobiliários encontra-se classificada como activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3., podendo ser analisada como se segue:

2015							
Milhares de Kwanzas	Custo de Aquisição	Potenciais Ganhos de Capital	Actualiz. Valor Nominal	Actualiz. Justo Valor	Proveitos a Receber	Provisão	Valor de Balanço
Bilhetes Tesouro	1.488.735	-	-	-	82.987	-	1.571.722
Obrigações do tesouro em moeda nacional:							
- Indexadas ao USD	3.253.618	398.645	-	(24.096)	17.750	-	3.645.917
- Não reajustáveis	6.063.200	-	(4.164)	(108.408)	96.227	-	6.046.855
- MINFIN	1.100.000	-	(43.981)	(23.419)	3.666	-	1.036.266
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira:							
- OT USD	1.439.752	-	-	(141.121)	7.792	-	1.306.423
- Obrig. Subordinadas	135.315	-	-	1.148	3.887	(1.353)	138.997
	13.480.620	398.645	(48.145)	(295.896)	212.309	(1.353)	13.746.180

2014							
Milhares de Kwanzas	Custo de Aquisição	Potenciais Ganhos de Capital	Actualiz. Valor Nominal	Actualiz. Justo Valor	Proveitos a Receber	Provisão	Valor de Balanço
Bilhetes Tesouro	3.142.025	-	-	-	118.756	-	3.260.781
Obrigações do tesouro em moeda nacional:							
- Indexadas ao USD	51.286	2.850	-	-	74	-	54.210
- Não reajustáveis	7.360.500	-	(18.216)	(42.606)	110.801	-	7.410.479
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira:							
- OT USD	514.315	-	-	-	7.036	-	521.351
- Obrig. Subordinadas	102.863	-	-	-	3.017	(1.029)	104.851
	11.170.989	2.850	(18.216)	(42.606)	239.684	(1.029)	11.351.672

Durante o exercício de 2015, o Banco adquiriu mUSD 5.640 (mAkz 753.177) de Obrigações denominadas em USD, no âmbito do cumprimento, a partir de 04 de Janeiro de 2016, do Instrutivo nº 19/2015, de 02 de Dezembro, relativo às Reservas Obrigatórias.

Durante o exercício de 2015, o Banco recebeu um total de mAkz 1.100.000 em Obrigações do Tesouro, conforme previsto pela participação no Sindicato Bancário do Ministério das Finanças. A Dezembro de 2014, este saldo encontrava-se reconhecido em crédito a clientes (Nota 6).

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de Bilhetes do Tesouro encontra-se registada pelo respectivo valor de aquisição, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3, alínea f).

Os Títulos e Valores Mobiliários adquiridos do Estado Angolano encontram-se classificados com o nível de risco A, enquanto que o montante em Obrigações Subordinadas está sujeito a um nível de risco B.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as maturidades residuais dos Bilhetes e Obrigações do Tesouro podem ser analisadas como se segue:

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Bilhetes do Tesouro				
Até 6 meses	–	–	3.260.781	31.700
De 6 meses a um ano	1.571.722	11.615	–	–
	1.571.722	11.615	3.260.781	31.700
Obrigações do Tesouro				
Até 6 meses	–	–	–	–
Até um ano	–	–	1.556.902	15.136
Acima de um ano	12.174.458	89.972	6.533.989	63.521
	12.174.458	89.972	8.090.891	78.657
	13.746.180	101.587	11.351.672	110.357



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

As taxas de juros médias dos Títulos são apresentadas abaixo:

	2015 %	2014 %
Bilhetes do Tesouro	7,49	5,03
Obrigações do Tesouro indexadas	7,51	7,00
Obrigações do Tesouro não reajustáveis	7,00	7,00
Obrigações do Tesouro – Ministério das Finanças	7,63	–
Obrigações do Tesouro denominadas em USD	6,64	7,37

O Banco adopta uma política de investimento em títulos e valores mobiliários à luz da realidade do mercado angolano, tendo em conta a estreita observância dos controlos de risco, essencialmente o de liquidez e de mercado.

6. CRÉDITO A CLIENTES

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Crédito interno				
- Empréstimos	3.980.647	29.418	5.805.689	56.441
- Descobertos	4.592.813	33.941	226.946	2.206
- Outros créditos	335.167	2.477	189.527	1.843
Crédito e juros vencidos	332.297	2.456	443.583	4.312
Juros a receber				
- Descobertos	77.621	574	4.243	41
- Empréstimos e Outros créditos	29.962	221	29.941	291
	9.348.507	69.087	6.699.929	65.134
Provisões de crédito	(426.078)	(3.149)	(238.130)	(2.315)
	8.922.429	65.938	6.461.799	62.819

As provisões de crédito encontram-se calculadas em conformidade com o Aviso 03/2012, do Banco Nacional de Angola.

Os princípios básicos das políticas de concessão de crédito e aprovisionamento das perdas com créditos de liquidação duvidosa adoptados pelo Banco podem ser resumidos como segue:

- A concessão de crédito está sujeita a procedimentos rigorosos que asseguram o cumprimento da estratégia definida e, também, das normas estabelecidas pelo Banco Nacional de Angola;
- No processo de avaliação dos riscos associados à concessão de crédito, os aspectos considerados, pretendem analisar as várias componentes do Risco de Crédito, através da identificação do impacto marginal de cada crédito, nomeadamente por sector (exposição ao sector e/ou país) e cliente (estabilidade económica e financeira e, colateralização);
- Com vista a potenciar os efeitos de mitigação, em particular no que concerne à diminuição de perdas advindas de Risco de Crédito, o Conselho de Administração tem vindo a reforçar o ambiente de controlo, conforme evidenciado pela constituição de um comité de recuperação de crédito que tem o objectivo de gerir os créditos vencidos e vincendos que apresentam um risco de crédito acrescido.

Os activos creditícios têm um forte enfoque em termos de monitorização. A dimensão e tipologia das suas operações propiciam a existência de níveis de concentração expressivos, que merecem especial atenção ao nível da gestão do risco de forma transversal.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o maior cliente do Banco representava 39,60% e 16,82% do total da carteira de crédito, respectivamente. Adicionalmente, o conjunto dos vinte maiores clientes do Banco representavam, naquelas datas, aproximadamente, 59,16% e 74,93% da carteira de crédito, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o crédito concedido a accionistas do Banco ou a sociedades por eles controladas ascendia a mAKZ 225.250 e mAKZ 305.207, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 a repartição sectorial do crédito do Banco era a seguinte:

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	%
Construção	19.843	147	1
Comércio	589.464	4.356	6
Fornecimento Energia	5.996.671	44.316	64
Prestação de serviços e imobiliária	260.686	1.927	3
Particulares	2.481.843	18.341	26
	9.348.507	69.087	100



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Em 31 de Dezembro de 2014 a repartição sectorial do crédito do Banco era a seguinte:

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	%
Construção	85.071	827	1
Comércio	338.299	3.289	5
Transportes e comunicação	34.492	335	1
Prestação de serviços e imobiliária	4.181.769	40.653	62
Particulares	2.060.298	20.030	31
	6.699.929	65.134	100

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe do crédito, por moeda, apresenta-se como se segue:

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Kwanzas	8.503.674	62.843	5.809.443	56.477
Dólares americanos	839.314	6.203	890.398	8.656
Outras moedas	5.519	41	88	1
	9.348.507	69.087	6.699.929	65.134

Em 31 de Dezembro de 2015, o crédito concedido a clientes, excluindo os adiantamentos a depositantes, vencia juros à taxa média anual de 15,42% (2014: 15,20%) para o crédito em moeda nacional e de 8,84% (2014: 9,10%) para o crédito concedido em moeda estrangeira.

Em 31 de Dezembro de 2015, a distribuição do crédito por classe de risco e respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa, analisa-se como se segue:

Milhares de Kwanzas	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Total	Taxa de Provisão	Provisão
Classe A	4.360.737	–	4.360.737	–	-
Classe B	4.389.011	82.445	4.371.456	1%	(73.172)
Classe C	119.292	71.191	190.483	3%	(8.097)
Classe D	46.925	3.127	50.052	10%	(8.713)
Classe E	9.704	39.664	49.368	20%	(9.874)
Classe F	6.836	4.978	11.814	50%	(11.625)
Classe G	183.705	130.892	314.597	100%	(314.597)
Soma Crédito	9.016.210	332.297	9.348.507		(426.078)
Provisões para Crédito	(209.164)	(216.914)	(426.078)		(426.078)
Total	8.807.046	115.383	8.922.429		(426.078)

Em 31 de Dezembro de 2014, a distribuição do crédito por classe de risco e respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa, analisa-se como se segue:

Milhares de Kwanzas	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Total	Taxa de Provisão	Provisão
Classe A	1.900.076	–	1.900.076	–	(106)
Classe B	3.915.603	259.629	4.175.232	1%	(63.116)
Classe C	251.735	38.916	290.651	3%	(12.205)
Classe D	168.167	9.287	177.454	10%	(27.137)
Classe E	11.567	17.991	29.558	20%	(5.912)
Classe F	–	–	–	50%	(2.696)
Classe G	9.198	117.760	126.958	100%	(126.958)
Soma Crédito	6.256.346	443.583	6.699.929		(238.130)
Provisões para Crédito	(100.701)	(137.429)	(238.130)		(238.130)
Total	6.155.645	306.154	6.461.799		(238.130)

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

A matriz de migração de risco dos tomadores de crédito é apresentada abaixo:

		2015										Carteira 2014
Risco	A	B	C	D	E	F	G	WO	Reduções	Total		
2014	A	54,58%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	45,42%	0,00%	30,81%	2.064.388.891
	B	86,76%	0,22%	0,07%	0,07%	0,00%	0,00%	2,23%	10,65%	0,00%	60,55%	4.056.703.696
	C	0,00%	8,55%	32,44%	6,41%	10,31%	0,00%	25,43%	15,49%	1,36%	3,99%	267.540.123
	D	0,00%	0,30%	0,00%	0,26%	1,27%	0,00%	74,79%	23,38%	0,00%	2,23%	149.386.772
	E	0,00%	5,71%	7,55%	0,00%	39,13%	0,00%	33,79%	13,83%	0,00%	0,44%	29.558.757
	F	0,00%	0,00%	19,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,28%	80,50%	0,00%	0,08%	5.392.480
	G	0,00%	2,69%	0,00%	0,00%	0,00%	6,43%	58,78%	0,00%	32,10%	1,89%	126.958.147
Total	30,81%	60,55%	3,99%	2,23%	0,44%	0,08%	1,89%	0,66%	21,82%	100,00%		
Carteira 2014	2.064.388.891	4.056.703.696	267.540.123	149.386.772	29.558.757	5.392.480	126.958.147	44.397.105	1.462.129.015		6.699.928.866	

A distribuição por faixa de vencimento é apresentada abaixo:

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Crédito Interno em moeda estrangeira:				
Até 1 ano	57.942	428	119.596	1.163
De 1 a 5 anos	229.128	1.694	301.577	2.932
Mais de 5 anos	557.763	4.122	464.750	4.518
	844.833	6.244	885.923	8.613
Crédito Interno em moeda nacional:				
Até 1 ano	820.661	6.105	2.136.928	20.774
De 1 a 5 anos	2.996.880	22.148	3.426.455	33.311
Mais de 5 anos	15.699	116	18.675	181
Adiantamento a depositantes	4.670.434	34.515	231.948	2.255
	8.503.674	62.843	5.814.006	56.521
	9.348.507	69.087	6.699.929	65.134

O Crédito interno em moeda estrangeira, com mais de 5 anos é essencialmente constituído por créditos à habitação, alguns dos quais, cedidos a colaboradores.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, foram abatidos do Activo por utilização de provisões de créditos que se encontravam classificados no nível de risco G nos montantes de mAKZ 58.880 e mAKZ 26.246, respectivamente.

Durante o exercício de 2015 não houve reestruturação de nenhum crédito concedido.

O movimento das provisões pode ser consultado na Nota 28.

7. PARTICIPAÇÕES

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços:				
Capital	26.253	194	26.253	255
Prestações Suplementares	44.980	333	44.980	438
Imparidade – Prestações suplementares	(362)	(3)	(362)	(4)
	70.871	524	70.871	689

As participações financeiras encontram-se valorizadas de acordo com o constante da alínea g) da Nota 2.3. As prestações suplementares são remuneradas à taxa Libor a 6 meses acrescido de um spread de 325 pontos de base.

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

8. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

2015						
IMOBILIZADO INCORPÓREO						
Milhares de Kwanzas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf.	Regulariz.	Abate	Saldo Final
Valor Bruto						
Sist. Trat. Aut. Dados "Software"	116.970	5.177	-	-	-	122.147
Gastos de Org. e Expansão	1.060	-	-	-	-	1.060
Benfeitorias Imov. de Terceiro	1.073.745	4.388	(160.002)	-	-	918.131
Outras Imobil. Incorpóreas	14.462	5.031	-	-	-	19.493
	1.206.237	14.596	(160.002)	-	-	1.060.831
Amortização						
Sist. Trat. Aut. Dados "Software"	(97.828)	(10.599)	-	-	-	(108.427)
Gastos de Org. e Expansão	(647)	(353)	-	-	-	(1.000)
Benfeitorias Imov. de Terceiro	(352.235)	(67.170)	23.923	-	-	(395.482)
Outras Imobil. Incorpóreas	(9.691)	(4.329)	-	-	-	(14.020)
	(460.401)	(82.451)	23.923	-	-	(518.929)
Valor Líquido						
Sist. Trat. Aut. Dados "Software"	19.142	(5.422)	-	-	-	13.720
Gastos de Org. e Expansão	413	(353)	-	-	-	60
Benfeitorias Imov. de Terceiro	721.510	(62.782)	(136.079)	-	-	522.649
Outras Imobil. Incorpóreas	4.771	702	-	-	-	5.473
	745.836	(67.855)	(136.079)	-	-	541.902

2014						
IMOBILIZADO INCORPÓREO						
Milhares de Kwanzas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf.	Regulariz.	Abate	Saldo Final
Valor Bruto						
Sist. Trat. Aut. Dados "Software"	109.479	7.735	-	-	(244)	116.970
Gastos de Org. e Expansão	1.060	-	-	-	-	1.060
Benfeitorias Imov. de Terceiro	1.029.218	393	44.134	-	-	1.073.745
Outras Imobil. Incorpóreas	14.462	-	-	-	-	14.462
	1.154.219	8.128	44.134	-	(244)	1.206.237
Amortização						
Sist. Trat. Aut. Dados "Software"	(84.805)	(13.023)	-	-	-	(97.828)
Gastos de Org. e Expansão	(294)	(353)	-	-	-	(647)
Benfeitorias Imov. de Terceiro	(277.131)	(75.104)	-	-	-	(352.235)
Outras Imobil. Incorpóreas	(5.782)	(3.909)	-	-	-	(9.691)
	(368.012)	(92.389)	-	-	-	(460.401)
Valor Líquido						
Sist. Trat. Aut. Dados "Software"	24.674	(5.288)	-	-	(244)	19.142
Gastos de Org. e Expansão	766	(353)	-	-	-	413
Benfeitorias Imov. de Terceiro	752.087	(74.711)	44.134	-	-	721.510
Outras Imobil. Incorpóreas	8.680	(3.909)	-	-	-	4.771
	786.207	(84.261)	44.134	-	(244)	745.836

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

2015						
IMOBILIZADO CORPÓREO						
Milhares de Kwanzas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf.	Regulariz.	Abate	Saldo Final
Valor Bruto						
Imóveis de Uso Próprio	1.879.192	5.306	182.848	–	–	2.067.346
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	1.443.574	65.804	19.950	–	–	1.529.328
Imobilizado em curso	798.095	1.666.793	(42.796)	(12.388)	–	2.409.704
	4.120.861	1.737.903	160.002	(12.388)	–	6.006.378
Amortização						
Imóveis de Uso Próprio	(129.467)	(78.220)	(23.923)	–	–	(231.610)
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	(926.594)	(136.399)	–	867	–	(1.062.126)
Imobilizado em curso	–	–	–	–	–	–
	(1.056.061)	(214.619)	(23.923)	867	–	(1.293.736)
Valor Líquido						
Imóveis de Uso Próprio	1.749.725	(72.914)	158.925	–	–	1.835.736
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	516.980	(70.595)	19.950	867	–	467.202
Imobilizado em curso	798.095	1.666.793	(42.796)	(12.388)	–	2.409.704
	3.064.800	1.523.284	136.079	(11.521)	–	4.712.642

O aumento das imobilizações corpóreas em curso, verificada em 2015, deve-se ao arranque do Projecto de construção 20 agências em todo o território nacional.

2014						
IMOBILIZADO CORPÓREO						
Milhares de Kwanzas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf.	Regulariz.	Abate	Saldo Final
Valor Bruto						
Imóveis de Uso Próprio	1.416.849	62.208	400.135	–	–	1.879.192
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	1.253.770	115.454	74.350	–	–	1.443.574
Imobilizado em curso	741.512	651.984	(518.619)	(76.782)	–	798.095
	3.412.131	829.646	(44.134)	(76.782)	–	4.120.861
Amortização						
Imóveis de Uso Próprio	(77.739)	(51.728)	–	–	–	(129.467)
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	(788.807)	(137.786)	–	(1)	–	(926.594)
Imobilizado em curso	–	–	–	–	–	–
	(866.546)	(189.514)	–	(1)	–	(1.056.061)
Valor Líquido						
Imóveis de Uso Próprio	1.339.110	10.480	400.135	–	–	1.749.725
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	464.963	(22.332)	74.350	(1)	–	516.980
Imobilizado em curso	741.512	651.984	(518.619)	(76.782)	–	798.095
	2.545.585	640.132	(44.134)	(76.783)	–	3.064.800

9. CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Outros devedores	529	4	1.984	19
Fundo de Maneio	68.618	507	17.601	171
	69.147	511	19.585	190

A 31 de Dezembro de 2015, o fundo de maneio é constituído pelos montantes adiantados às agências para a aquisição de material de consumo corrente.

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

10. OUTROS VALORES

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Compensação Electrónica de Valores	2.698	20	11.428	111
EMIS	8.839	65	7.193	70
Arrecadação Receitas Alfândegas	9.658	71	20.501	199
Impostos a recuperar	27.170	201	12.782	124
Bolsa de Valores	-	-	25.716	250
- Investimento	33.829	250	25.716	250
- Imparidade	(33.829)	(250)	-	-
Escola Internacional	-	-	95.627	930
- Investimento	240.559	1.778	191.254	1.860
- Imparidade	(240.559)	(1.778)	(95.627)	(930)
Adiantamentos a fornecedores	19.087	141	19.087	186
Economato	120.297	889	57.440	559
Despesas com custos diferidos	75.233	556	65.287	635
- De seguros	40.207	297	26.605	259
- Rendas e alugueres	29.869	221	32.467	316
- Outros	5.157	38	6.215	60
Participação – sede ABANC	20.529	152	21.736	211
Selos de Circulação	22.973	170	10.945	106
Outros	5.334	39	30.638	298
	311.818	2.304	378.380	3.679

Em 31 de Dezembro de 2015, na qualidade de agente autorizado pela Direcção Nacional de Impostos, o Banco detinha o montante de mAkz 22.973 em selos de circulação, sendo de 11% (2014: 11%) a comissão cobrada pela prestação deste serviço.

A participação do BCA na aquisição da sede da ABANC é amortizável em 20 (vinte) anos, tendo-se iniciado este período de amortizações em 2013.

A sub-rubrica arrecadação de receitas das alfândegas contem os valores das comissões a receber das Alfândegas, na prestação de serviço de arrecadação de receitas a esta Instituição.

Os impostos a recuperar resultam do imposto industrial provisório referente ao exercício de 2015, pago em Agosto de 2015, à luz da Lei 19/14.

A escola Internacional é um projecto de construção de uma escola com os padrões internacionais, na área do Lar do Patriota (Benfica – Luanda), cujo estudo de viabilidade terminou em 2014. Dela consta o valor cedido ao Shopping Rudimba, pela aquisição da porção de terreno anexado ao projecto. No exercício de 2015, foi decidido pelo Conselho de Administração o reconhecimento de provisões sobre a totalidade do montante.

11. OUTRAS CAPTAÇÕES

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
À Vista:				
No País	–	–	514.776	5.000
No estrangeiro	–	–	182.061	1.774
	–	–	696.837	6.774



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

12. DEPÓSITOS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Depósitos à vista:				
Em moeda nacional	24.788.540	183.191	10.018.238	97.394
Em moeda estrangeira	2.558.099	18.905	3.275.673	31.845
	27.346.639	202.096	13.293.911	129.239
Depósitos a prazo				
Em moeda nacional	7.795.757	57.612	6.987.642	67.932
Em moeda estrangeira	1.615.349	11.938	2.305.497	22.413
	9.411.106	69.550	9.293.139	90.345
	36.757.745	271.646	22.587.050	219.584

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o maior depositante do Banco representava 27,83% e 24,73% do total de depósitos, respectivamente. Adicionalmente, o conjunto dos vinte maiores depositantes do banco representavam naquelas datas, aproximadamente 72,54% e 62,73% do total de depósitos, respectivamente.

A análise à maturidade residual é apresentada abaixo:

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Depósitos a Prazo em moeda estrangeira:				
Até 3 meses	261.334	1.931	1.522.670	14.803
De 3 a 6 meses	83.391	616	613.197	5.961
De 6 a 12 meses	1.270.624	9.391	169.630	1.649
	1.615.349	11.938	2.305.497	22.413
Depósitos a Prazo em moeda nacional:				
Até 3 meses	1.228.064	9.076	5.280.243	51.333
De 3 a 6 meses	2.860.695	21.141	1.215.680	11.819
De 6 a 12 meses	3.706.998	27.395	491.719	4.780
	7.795.757	57.612	6.987.642	67.932
	9.411.106	69.550	9.293.139	90.345

13. OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Cheques visados	246.401	1.821	137.754	1.340
Cheques à ordem a pagar	3.163	23	5.727	56
Retenções Imposto Industrial	5.348	40	2.899	28
Retenções Imposto Predial Urbano	5.504	41	974	9
Sobras de caixa	1.103	8	2.302	22
Outros passivos a regularizar	107.590	795	32.262	314
	369.109	2.728	181.918	1.769

Os outros passivos a regularizar respeitam aos valores no sistema de transferência a crédito (mAKZ 9.041), aos valores referentes ao Seguro junto da GA (mAKZ 7.227), aos valores referentes à MoneyGram (mAKZ 27.673), aos valores a pagar a fornecedores (mAKZ 21.421).



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

14. OPERAÇÕES CAMBIAIS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Recursos vinculados a operações Cambiais	123.326	911	147.320	1.432

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica representava os valores que se destinavam essencialmente para cartas de crédito documentário de clientes do banco que se encontram por regularizar.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Fornecedores	1.176.585	8.695	825.456	8.025
Provisões e outros	395.575	2.923	288.284	2.803
Pessoal	94.236	696	41.836	407
Impostos diferidos	30.825	228	-	-
Obrigações fiscais	401.588	2.969	156.050	1.517
Outros	76.317	564	67.958	660
	2.175.126	16.075	1.379.584	13.412

A rubrica obrigações fiscais refere-se, essencialmente, a dívidas por Imposto Industrial no montante de mAKZ 377.267 (2014: mAKZ 140.406), retenção de IRT, Imposto de Selo, descontos para Segurança Social e Imposto de Aplicação de Capitais. Montantes a liquidar no primeiro trimestre de 2016.

Os impostos diferidos resultam do cálculo do justo valor dos títulos e valores mobiliários (ver Nota 5 e Nota 18).

Constam da rubrica provisões e outros, os custos dos serviços clínicos (mAKZ 121.784), rendas (mAKZ 57.537), e outros, cujas facturas, até ao fim do ano, não tinham sido recebidas.

16. PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES POTENCIAIS

	2015 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Kwanzas
Saldo Inicial	75.882	65.676
Provisões do Exercício	–	6.509
Varição Reexpressão AKZ	963	3.697
Utilizações	(680)	–
Saldo Final	76.165	75.882

As provisões para responsabilidades potenciais representavam a compensação pela reforma de trabalhadores, que eram anualmente reforçadas, à luz da antiga Lei Geral de Trabalho nº 02/00 de 11 de Fevereiro de 2000, revogada em 13 de Setembro de 2015, com a entrada em vigor da nova Lei nº 07/2015 de 15 de Junho de 2015.



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

17. CAPITAL

O capital social actual do Banco é de 2.500.000 milhares de Kwanzas, representado por 6.250.000 acções com o valor nominal de AKZ 400 cada e encontra-se integralmente realizado. O lucro por acção é de 23,74%.

Em 31 de Dezembro de 2015 a estrutura accionista do banco era a seguinte:

	Número de acções	% do Capital
SADINO, Lda	817.528	13,08
Salomão José Luheto Xirimimbimbi	690.587	11,05
GEFI	609.104	9,75
Fundo de Pensões	583.330	9,33
José Francisco Luís António	576.338	9,22
Julião Mateus Paulo "Dino Matrosse"	437.500	7,00
Mateus Filipe Martins	383.242	6,13
Afonso Domingos Van-Dúnem "Mbinda"	312.501	5,00
Casa Smart	237.552	3,80
Fernando José de Franca Van-Dunen	195.765	3,13
José Jaime Agostinho de S. Freitas	195.765	3,13
Visgosol	166.667	2,67
Lopo Fortunato Ferreira do Nascimento	130.962	2,10
Abel Fernandes da Silva	113.851	1,82
António Mosquito Mbakassy	113.851	1,82
Pedro de Castro Van-Dunem (Herdeiros)	112.552	1,80
João Manuel de Oliveira Barradas	92.754	1,49
Augusto da Silva Tomás	90.042	1,44
Marcolino José Carlos Moco	90.042	1,44
Dumilde das Chagas Rangel	54.023	0,86
IMPORAFRICA-IMOBILIÁRIA Lda.	54.023	0,86
Valentim Amões (Herdeiros)	47.008	0,75
Generoso Hermenegildo G. de Almeida	45.020	0,72
Benvindo Rafael Pitra (Herdeiros)	33.333	0,53
Estevão Pitra	16.665	0,27
Isaac Francisco Mário dos Anjos	16.665	0,27
José Amaro Tati	16.665	0,27
Santos Matoso Júnior	16.665	0,27
Total	6.250.000	100,00

18. CAPITAL E MOVIMENTO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Milhares de Kwanzas	Capital Social	Reserva Actualização Monetária Capital Social	Reservas e Fundos	Resultados Potenciais	Resultados Exercício	Total
Saldo em 1 Janeiro 2015	2.500.000	82.579	2.495.501	(29.824)	807.941	5.856.197
Resultado Transitado	-	-	709.431	-	(709.431)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(98.510)	(98.510)
Incorporação Reservas	-	-	-	-	-	-
Anulações Reservas Fundos 2014	-	-	-	29.824	-	29.824
Reservas Fundos 2015	-	-	-	(207.127)	-	(207.127)
Ganhos / Perdas de Capital de Títulos	-	-	-	279.051	-	279.051
Resultado Exercício 2015	-	-	-	-	1.483.802	1.483.802
Saldo em 31 Dezembro 2015	2.500.000	82.579	3.204.932	71.924	1.483.802	7.343.237

As reservas para manutenção de fundos próprios foram calculadas com base na política contabilística descrita na alínea i) da Nota 2.3.

Os montantes registados nas rubricas de reserva legal e outras reservas foram constituídos nos termos da legislação aplicável e corresponde à aplicação do resultado líquido em Kwanzas referente ao exercício anterior.

Do valor total de reservas, apenas estão disponíveis para distribuição, os valores relativos a outras reservas.

Pelo facto do Aviso 2/2015 do BNA não permitir que os bancos utilizem no cálculo da posição cambial os títulos indexados ao dólar norte americano, o Banco optou por reconhecer nos Resultados Potenciais os ganhos e as perdas destes instrumentos financeiros, originadas pelas valorizações e desvalorizações do Kwanza face ao dólar.

Os resultados potenciais derivam da desvalorização ao justo valor de alguns títulos classificados como disponíveis para venda, cujo total apurado foi de 295.896 milhares de Kwanzas (Nota 5), que deduzidos dos 398.645 milhares de Kwanzas (Nota 5) referentes aos potenciais proveitos de obrigações de tesouro indexados à taxa de câmbio, resultaram no montante de 102.749 milhares de Kwanzas. Deste montante, foi deduzido o imposto diferido líquido, no valor de 30.825 milhares de Kwanzas, dando origem a reserva de 71.924 milhares de Kwanzas.



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

19. JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Crédito Interno	1.497.329	12.374	906.461	9.202
Juros Aplic. em I.C. no Estrang.	1.406	12	5.676	58
Juros Aplic. em I.C. no País	295.337	2.440	157.058	1.594
Juros Devedores Outras Aplicações	89.315	738	28.243	287
Títulos	889.259	7.348	634.855	6.444
	2.772.646	22.912	1.732.293	17.585

20. JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Depósitos	224.552	1.856	199.881	2.029
Operações de venda títulos com acordo Recompra	4.117	34	33.477	340
	228.669	1.890	233.358	2.369

21. COMISSÕES RECEBIDAS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Comissões recebidas p/ levantamento.	38.585	319	22.459	228
Por serviços bancários prestados	1.045.859	8.643	660.349	6.703
Por garantias prestadas	1.264	10	29.130	296
	1.085.708	8.972	711.938	7.227

As comissões por serviços bancários correspondem aos proveitos obtidos com a intermediação das operações de importação, transferências Moneygram, seguros entre outros.

22. RESULTADOS EM OPERAÇÕES CAMBIAIS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Lucros em operações cambiais	1.361.639	11.252	1.167.346	11.851
Prejuízos em operações cambiais	(121.349)	(1.003)	(52.065)	(529)
	1.240.290	10.249	1.115.281	11.322

23. OUTROS PROVEITOS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Pela venda de cheques	7.238	59	3.956	40
Reembolso de despesas	227	2	701	7
Outros	62	1	55	1
	7.527	62	4.712	48

24. COMISSÕES PAGAS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Comissões pela compensação electrónica	(21.556)	(178)	(16.594)	(168)
Comissões cobradas por bancos correspondentes	(9.245)	(77)	(70.71)	(72)
	(30.801)	(255)	(23.665)	(240)



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

25. CUSTOS COM PESSOAL

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Encargos sociais obrigatórios	50.182	415	38.573	392
Encargos sociais facultativos	78.667	650	38.767	393
Remuneração dos empregados	968.789	8.005	824.966	8.374
Outros	117.168	968	75.350	765
	1.214.806	10.038	977.656	9.924

O número de empregados ao serviço do Banco em 31 de Dezembro de 2015 foi de 252 (em 31 de Dezembro de 2014 era de 248).

26. FORNECIMENTO DE TERCEIROS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Comunicações	148.126	1.224	106.293	1.079
Conservação e reparação	29.627	245	30.813	313
Custos c/ trabalho independente	88.510	731	79.473	807
Deslocações	32.175	266	56.842	577
Fornecimentos de terceiros	172.640	1.427	165.827	1.683
Publicidade	79.930	660	53.880	547
Rendas e alugueres	183.809	1.519	138.500	1.406
Seguros	12.831	106	2.221	22
	747.648	6.178	633.849	6.434

27. OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE COMERCIALIZAÇÃO

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Serviços de informática	81.711	675	47.015	477
Serviços de segurança	129.886	1.073	124.322	1.262
Transportes de pessoal e de valores	48.876	404	44.011	447
Encargos c/ formação do Pessoal	15.106	125	13.869	141
Serviços eventuais de Limpeza	31.280	259	21.725	221
Outros serviços de terceiros	28.200	233	32.237	327
	335.059	2.769	283.179	2.875

28. PROVISÕES

O movimento das provisões de crédito durante o ano 2015 é apresentado abaixo:

Milhares de Kwanzas	2015	2014
Saldo Inicial	238.130	245.763
Reforços	460.910	88.487
Reposições	(264.943)	(69.874)
Provisões do Exercício	195.967	18.613
Utilizações	(8.019)	(26.246)
Saldo final	426.078	238.130



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

29. IMPOSTOS E TAXAS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Impostos e Taxas	94.429	781	39.069	397
	94.429	781	39.069	397

Constam desta rubrica os custos dos impostos sobre os juros e comissões do Banco retidos nas fontes por outras instituições, o imposto de selo em sede da verba 23.3 do Decreto Legislativo Presidencial nº 3/14, as taxas pagas pelo Banco pelo serviço SPTR prestado pelo Banco Nacional de Angola.

30. PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES POTENCIAIS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Provisões para responsabilidades potenciais	(102.130)	(844)	(95.627)	(930)
	(102.130)	(844)	(95.627)	(930)

31. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Resultado de Imobilizações	3.292	28	1.032	10
Penalidades pelo Regulador	(326)	(3)	(90)	(1)
Outros custos e Proveitos	(855)	(7)	(29.143)	(295)
	(2.111)	(18)	(28.201)	(286)

Constam dos outros custos a provisão da “Escola Internacional” (mAKZ 68.301), da Bolsa de Valores (mAKZ 33.829).

32. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Recuperação de créditos incobráveis	2.179	17	2.727	27
Proveitos exercícios anteriores	314	2	4.413	45
Custos exercícios anteriores	(3.127)	(24)	(1.388)	(14)
	(634)	(5)	5.752	58



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

33. IMPOSTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro para efeitos do cálculo do imposto industrial é como se segue:

	2015 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Kwanzas
Resultado antes de impostos	1.861.069	948.347
Custos não dedutíveis	400.062	172.714
Benefícios fiscais	(1.003.576)	(645.035)
Lucro tributável	1.257.555	476.026
Taxa nominal	30%	30%
Imposto a pagar	377.267	142.808
Dedução IAC (65%)	-	2.402
Imposto a pagar - Líquido	377.267	140.406
Taxa efectiva	20%	15%

O imposto industrial foi calculado com base no novo código do imposto industrial (Lei 19/14), que entrou em vigor em Janeiro de 2015. Os benefícios fiscais são compostos pelos juros dos títulos públicos e de obrigações do banco Keve, emitidos antes de 01 de Janeiro de 2013, de cedências ao Banco Nacional de Angola, e das prestações acessórias remuneráveis da EMIS.

34. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Garantias prestadas e outros passivos eventuais				
Garantias e avales prestados	(15.000)	(111)	(971.626)	(9.446)
Créditos documentários abertos	45.603	337	830.562	8.074
	(30.603)	(226)	(141.064)	(1.372)
Responsabilidades por prestação de serviços				
Garantias recebidas	14.153.455	104.596	8.832.516	85.867

35. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as entidades relacionadas limitam-se aos accionistas do Banco. Os principais saldos e transacções mantidos com estas analisam-se como se segue:

	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares
Activo:				
Créditos	225.250	1.665	305.207	2.967
	225.250	1.665	305.207	2.967
Passivos:				
Depósitos	692.937	5.121	350.725	3.410
	692.937	5.121	350.725	3.410

Em 31 de Dezembro de 2015, as taxas de juro das transacções entre entidades relacionadas eram de 15% para o crédito em moeda nacional e de 9% para o crédito concedido em moeda estrangeira. As taxas praticadas nos depósitos em moeda nacional eram de 2,25% e de 2,15% para os depósitos em moeda estrangeira.



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

36. BALANÇOS POR MOEDA

	2015 Moeda Nacional (Expressa em AKZ)	2015 Moeda Estrangeira (Expressa em AKZ)	2015 Total
ACTIVO			
Disponibilidades	14.707.770	2.542.461	17.250.231
Operações no mercado interfinanceiro	1.485	1.218.003	1.219.488
Títulos e Valores Mobiliários	12.300.760	1.445.420	13.746.180
Créditos a clientes	8.077.596	844.833	8.922.429
Participações	70.871	–	70.871
Imobilizações incorpóreas	541.902	–	541.902
Imobilizações corpóreas	4.712.642	–	4.712.642
Créditos no sistema de pagamentos	61.906	7.241	69.147
Outros Valores	248.847	62.971	311.818
	40.723.779	6.120.929	46.844.708
PASSIVO			
Outras captações	–	–	–
Depósitos	32.584.297	4.173.448	36.757.745
Obrigações no sistema de pagamentos	326.501	42.608	369.109
Operações cambiais	–	123.326	123.326
Outras obrigações	1.615.026	560.100	2.175.126
Provisões p/ responsabilidades potenciais	150	76.015	76.165
	34.525.974	4.975.497	39.501.471
FUNDOS PRÓPRIOS			7.343.237

	2014 Moeda Nacional (Expressa em AKZ)	2014 Moeda Estrangeira (Expressa em AKZ)	2014 Total
ACTIVO			
Disponibilidades	3.842.390	3.159.392	7.001.782
Operações no mercado interfinanceiro	751.521	1.078.542	1.830.063
Títulos e Valores Mobiliários	10.725.470	626.202	11.351.672
Créditos a clientes	5.564.514	897.285	6.461.799
Participações	70.871	–	70.871
Imobilizações incorpóreas	745.836	–	745.836
Imobilizações corpóreas	3.064.800	–	3.064.800
Créditos no sistema de pagamentos	15.958	3.627	19.585
Outros Valores	158.166	220.214	378.380
	24.939.526	5.985.262	30.924.788
PASSIVO			
Outras captações	–	696.837	696.837
Depósitos	17.005.890	5.581.160	22.587.050
Obrigações no sistema de pagamentos	152.933	28.985	181.918
Operações cambiais	–	147.320	147.320
Outras obrigações	1.128.557	251.027	1.379.584
Provisões p/ responsabilidades potenciais	150	75.732	75.882
	18.287.530	6.781.051	25.068.591
FUNDOS PRÓPRIOS			5.856.197

Do total de títulos em moeda nacional, constam mAKZ 3.645.917 das obrigações indexadas ao dólar, por razões especificadas nas considerações da Nota 18.



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 31 de Dezembro de 2015 e à data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram factos relevantes que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados do banco.

38. IMPACTO DA DESVALORIZAÇÃO DO KWANZA EM 01 DE JANEIRO DE 2016

	31/12/2015 Moeda Estrangeira (Expressa em AKZ)	01/01/2016 Moeda Estrangeira (Expressa em AKZ)	Variação
ACTIVO			
Disponibilidades	2.542.461	2.919.016	376.555
Operações no mercado interfinanceiro	1.218.003	1.400.743	182.740
Títulos e Valores Mobiliários	1.445.420	1.662.627	217.207
Créditos a clientes	844.833	971.554	126.721
Participações	-	-	-
Imobilizações incorpóreas	-	-	-
Imobilizações corpóreas	-	-	-
Créditos no sistema de pagamentos	7.241	4.417	(2.824)
Outros Valores	62.971	72.700	9.729
	6.120.929	7.031.057	910.128
PASSIVO			
Outras captações	-	-	-
Depósitos	4.173.448	4.796.784	623.336
Obrigações no sistema de pagamentos	42.608	45.137	2.529
Operações cambiais	123.326	141.825	18.499
Outras obrigações	560.100	601.667	41.567
Provisões p/ responsabilidades potenciais	76.015	87.417	11.402
	4.975.497	5.672.830	697.333
IMPACTO DA DESVALORIZAÇÃO			212.795

O impacto da desvalorização ocorrida no dia 1 de Janeiro de 2016 foi positivo para o BCA pelo facto do banco manter uma posição cambial positiva.



Quedas de Água do Porto Condo, também conhecidos por Rápidos do Porto Condo no rio Cuanza perto de Cangandala, Malanje.



relatório e contas | 2015

As Salinas-do-Sumbe ao longo da estrada Sumbe – Gabela.
Kwanza Sul.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

De acordo com as disposições legais e regulamentares angolanas, cumpre ao Conselho Fiscal emitir um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e emitir um parecer sobre as Demonstrações Financeiras do Banco Comercial Angolano (BCA) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

O Conselho Fiscal acompanhou de forma continuada a evolução da actividade da Sociedade e verificou a regularidade dos registos contabilísticos, como da respectiva documentação. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração do Conselho de Administração na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, nos termos que apraz registar.

As contas foram objecto de uma auditoria completa levada a cabo pelos auditores externos do Banco, cuja opinião é que as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Comercial Angolano, em 31 de Dezembro de 2015 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa no exercício findo naquela data de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário.

É parecer do Conselho Fiscal que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2015.

O Conselho Fiscal, Luanda, 14 de Abril de 2016.



Paul de Sousa
Presidente do Conselho Fiscal



Esperança Cahango
Vogal do Conselho Fiscal



Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração do Banco Comercial Angolano

Relatório do Auditor Independente

Relatório sobre as Demonstrações Financeiras

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial Angolano que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2015 que evidencia um total de 46.844.708 milhares de Kwanzas, e um capital próprio de 7.343.237 milhares de Kwanzas, o qual inclui um resultado líquido do exercício no montante de 1.483.802 milhares de Kwanzas, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações

financeiras devido a fraude ou a erro. Ao efectuar essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Comercial Angolano, em 31 de Dezembro de 2015 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário.

Por PricewaterhouseCoopers (Angola), Lda

Ricardo Santos

Ricardo Santos

Partner

Luanda, 12 de Abril de 2016



Banco Comercial Angolano

Av. Comandante Valódia, 83-A
Tel: (+244) 222 448 842 / 48 / 49
Fax: (+244) 222 449 516
E-mail: bca@bca.co.ao

www.bca.co.ao

Edição:

Banco Comercial Angolano, S.A.

Design:

Futuro Publicidade, Lda.

Fotos:

Kostadin Luchansky

Impresso em Junho 2016

